

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS- IFMG
NOS *CAMPI* DE IPTINGA, GOVERNADOR VALADARES E DE SÃO
JOÃO EVANGELISTA.**

ROSANA DIAS FERNANDES

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS- IFMG
NOS *CAMPI* DE IPTINGA, GOVERNADOR VALADARES E DE SÃO
JOÃO EVANGELISTA.**

ROSANA DIAS FERNANDES

Sob orientação da Professora
Dr^a Luciene de Fatima Rocinholi

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Área de concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Abril de 2023**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F363a Fernandes, Rosana Dias, 28/10/1976-
 ANÁLISE DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS- IFMG
NOS CAMPI DE IPTINGA, GOVERNADOR VALADARES E DE SÃO
JOÃO EVANGELISTA. / Rosana Dias Fernandes. -
Seropédica, 2023.
 54 f.

 Orientador: Luciene de Fátima Rocinholi.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Educação
Agrícola, 2023.

 1. Práxis. Política de Assistência Estudantil.
IFMG.. I. Rocinholi, Luciene de Fátima, 27/05/1969-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola
III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 31/2023 - PPGEA (11.39.49)

Nº do Protocolo: 23083.028650/2023-47

Seropédica-RJ, 06 de maio de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

ROSANA DIAS FERNANDES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 24/04/2023

Dra. Luciene de Fatima Rocinholi - UFRRJ
Orientadora

Dra. Carla Cristine Vicente - UFRRJ
Externo ao Programa

Dr. Willerson Custódio da Silva - UFV
Externo à Instituição

(Assinado digitalmente em 08/05/2023 13:10)
CARLA CRISTINE VICENTE
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)
Matrícula: ###704#3

(Assinado digitalmente em 08/05/2023 14:40)
LUCIENE DE FATIMA ROCINHOLI
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)
Matrícula: ###936#2

(Assinado digitalmente em 08/05/2023 09:36)
WILLERSON CUSTÓDIO DA SILVA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.926-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **31**, ano: **2023**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **06/05/2023** e o código de verificação: **1024266127**

Sociedade é um conjunto
de indivíduos, dotados de
interesses e recursos de poder
diferenciados, que interagem
continuamente a fim de satisfazer
às suas necessidades.
Maria das Graças Rua

A “JESUS” aquele que esteve comigo todos os instantes e me fortaleceu para que eu
concluísse mais esta etapa da minha vida.

Ao meu marido Domingos de Sousa Camelo, por toda paciência e compreensão, meu
filho Lucas Fernandes Camelo, que é fonte dos meus objetivos e minha mãe Nair Dias

Fernandes, a quem peço desculpas pela minha ausência durante esse tempo.

Dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial à minha família por toda força e apoio de sempre. Aos meus amigos e colegas que compartilharam comigo momentos de alegrias e aflições. À minha orientadora, Dr^a Luciene de Fátima Rocinholi, pela paciência e confiança. Agradecimento também à Profa. Dra. Carla Cristine Vicente e ao Prof. Dr. Willerson Custódio da Silva pela participação na minha banca de defesa. A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola PPEGEA que fizeram parte deste novo aprendizado. Ao IFMG campus Governador Valadares, na figura do Prof. Dr. Willerson Custódio da Silva, por todo apoio e incentivo.

RESUMO

FERNANDES, Rosana Dias. Assistência Estudantil: análise da sua execução no Instituto Federal Minas Gerais- IFMG 2022. 65f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2022.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES é uma política educacional que como objetivo contribuir para a democratização da educação e para isso procura viabilizar o acesso e a permanência na trajetória acadêmica dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Este trabalho analisou a execução da Política de Assistência Estudantil - PAE do IFMG, nos *campi* de Ipatinga, Governador Valadares e de São João Evangelista. Para compreender a importância do PNAES foi preciso conhecer alguns marcos históricos e políticos da democratização da educação no Brasil, a dupla face da educação, conhecer o IFMG, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, a importância dos processos de implementação, as diretrizes e objetivos desta política implementada no IFMG. Desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória utilizando como técnica a pesquisa bibliográfica e documental através da análise de documentos institucionais com as informações sobre a implementação e os processos de viabilização da Política de Assistência Estudantil no IFMG. Aplicação de questionários a 24 servidores ligados à PAE. E da realização de 03 entrevistas semiestruturadas com coordenadores ou responsáveis pela PAE nos *campi* estudados. A pesquisa foi realizada de dezembro de 2022 a fevereiro de 2023. Para análise dos dados utilizamos a Análise de Conteúdo proposta por Bardin. Para a análise das entrevistas e das questões subjetivas dos questionários, foi utilizado uma pré análise de exploração minuciosa do material. Para as questões objetivas, as respostas foram transferidas da plataforma “Google Form” e transformadas em porcentagem para serem analisadas. Os resultados permitiram identificar fragilidades nos processos de viabilização da PAE no IFMG pela ausência de estruturas físicas e organizacionais mais apropriadas de alguns *campi* e pela insuficiência de servidores para formação de equipes multiprofissionais suficientes para atender os estudantes. A pesquisa evidenciou também a necessidade de reflexão e avaliação dos processos de execução e de maior interação entre os setores responsáveis para dialogar, refletir, planejar os programas, projetos, ações e os serviços da PAE.

Palavras-chave: Práxis. Política de Assistência Estudantil. IFMG.

ABSTRACT

FERNANDES, Rosana Dias. Student Assistance: analysis of its implementation in the Federal Institute. 2022. 65p. Dissertation (Master's in Agricultural Education) – Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2022.

The National Student Assistance Program - PNAES is an educational policy that aims to democratize the access and permanence of socioeconomically vulnerable students enrolled in face-to-face undergraduate courses, contributing to the improvement of academic performance and reducing dropout and/or retention rates. This work analyzed the implementation of the Student Assistance Policy - PAE at IFMG campuses in Governador Valadares, São Evangelista, and Ipatinga. To understand the importance of the National Student Assistance Program (PNAES), it was necessary to understand some historical and political landmarks of democratization of education in Brazil, the dual nature of education, know about IFMG, the National Student Assistance Program (PNAE), the importance of implementation processes, and the guidelines and objectives of this policy implemented at IFMG. A qualitative exploratory research was conducted using bibliographic and documentary research techniques through the analysis of institutional documents with information on the implementation and viability processes of PAE at IFMG. Application of questionnaires to 24 civil servants linked to the PAE. And the performance of 03 semi-structured interviews with coordinators or people responsible for the PAE on the studied campuses. The research was conducted from December 2022 to February 2023 and involved 18 participants. For data analysis, we used Bardin's Content Analysis. For the analysis of interviews and subjective questions from the questionnaires, a pre-analysis was carried out with a thorough exploration of the material. For the objective questions, responses were transferred from the "Google Form" platform and transformed into percentages for analysis. The results identified weaknesses in the execution processes of PAE at IFMG due to insufficient human and financial resources and lack of knowledge of the execution processes by the professionals who make up the team. The research also highlighted the need to broaden the discussion on programs, projects, actions, and services offered by PAE involving all actors involved in this policy.

Keywords: Praxis. Student Assistance Policy. IFMG.

LISTA DE ABREVIACÕES

ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CAE – Coordenadoria de Assistência Estudantil
DIRAE – Diretoria de Assistência Estudantil
EaD – Educação a Distância
EB – Educação Básica
EC – Emenda Constitucional
EPT – Educação Profissional Tecnológica
EMBRAPII – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
FIC – Formação Inicial e Continuada
FPF – Universidade Vale do Rio Doce/ Fundação Percival Farquhar
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFET – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento Econômico da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IES – Instituições de Ensino Superior
IFE – Instituições Federais de Ensino
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IFMG – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
IFMG-IP – Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ipatinga
IFMG- GV – Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Governador Valadares
IFMG-SJE – Instituto Federal de Minas Gerais - Campus São João Evangelista
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
NASIFMG – Núcleo de Assistentes Sociais do Instituto Federal Minas Gerais
NAPNEE – Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
PAE – Política de Assistência Estudantil
PEC – Projeto de Emenda Constitucional
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
Pnaes – Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE – Plano Nacional de Educação
PPGEA – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola
PROEN – Pró- Reitoria de Ensino- PROEN
REUNI – Restruturação e Expansão das Universidades Federais
RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
PROEN – Pró-Reitora de Ensino
TCLE – Termo de Consentimento e Livre Esclarecido
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UFRRJ – Universidade Rural do Rio de Janeiro
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SSAE – Sistema de Seleção da Assistência Estudantil
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. OBJETIVO GERAL.....	2
1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:.....	2
2. BASE TEÓRICA	3
2.1. PERCURSO HISTÓRICO POLÍTICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	3
2.3. INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS- IFMG	7
3.0 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTENCIA ESTUDANTIL-PNAES.....	11
3.1 PERCURSO HISTÓRICO POLÍTICO DO PNAES.....	11
3.2 PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL.....	13
3.3 IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL- PAE NO IFMG.....	14
4 METODOLOGIA.....	18
4.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	18
4.2. PARTICIPANTES.....	18
4.3. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL.	18
4.4. PESQUISA DE CAMPO	19
4.5 ANÁLISE DOS DADOS	19
5.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
5.1 A ESTRUTURA E OS PROCESSOS DE VIABILIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFMG. 21	
5.2 OS ATORES E A EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFMG.	29
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
7 REFERÊNCIAS	36
8 ANEXOS	42
8.1 ANEXO I A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	42
8.2 ANEXO I B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	45
8.3 ANEXO II - QUESTIONÁRIO.....	48
8.4 ANEXO III- ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	51
8.5 ANEXO IV- CARTAS DE ANUÊNCIA	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Nível de conhecimento das equipes multiprofissionais quanto ao planejamento das ações da PAE do IFMG, 2022.....	29
Gráfico 2 - Nível de conhecimento das equipes multiprofissionais de como são realizados os planos de trabalho ou planejamento das ações da PAE do IFMG nos campi de Ipatinga, Governador Valadares e São João Evangelista, 2022.....	30
Gráfico 03 - Nível de conhecimento das equipes multiprofissionais quanto ao processo de acompanhamento contínuo aos estudantes contemplados com os benefícios da PAE do IFMG nos campi de Governador Valadares e São João Evangelista, 2022.....	30
Gráfico 04 - Nível de conhecimento das equipes multiprofissionais sobre a existência de uma metodologia a ser utilizada para orientar os profissionais nos acompanhamentos dos estudantes que recebem algum benefício, serviço ou auxílio da PAE nos campi de Governador Valadares e São João Evangelista, 2022.....	31
Gráficos 05 - Nível de conhecimento das equipes multiprofissionais quanto ao processo de avaliação dos benefícios da PAE do IFMG nos <i>campi</i> de Governador Valadares e São João Evangelista, 2022.....	31
Gráfico 06 - Nível de conhecimento quanto aos instrumentos utilizados para interação entre coordenadores e equipe multiprofissional da PAE do IFMG nos campi de Governador Valadares e São João Evangelista, 2022.....	32
Gráficos 07 - Nível de conhecimento das equipes multiprofissionais quanto ao grau de participação dos estudantes nos processos decisórios das ações da PAE no IFMG campus Governador Valadares, 2022.....	33
Gráficos 08 - Nível de conhecimento das equipes multiprofissionais quanto ao grau de participação dos estudantes nos processos decisórios das ações da PAE no IFMG campus São Joao Evangelista, 2022.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Divisão dos <i>campi</i> do IFMG por regiões.....	09
Quadro 2 - Profissionais que fazem parte da equipe multiprofissional da PAE nos <i>campi</i> de Ipatinga, Governador Valadares e de São João Evangelista, 2022.....	22
Quadro 03 - Programas, projetos e ações da PAE desenvolvidos pelo IFMG nos <i>campi</i> de Ipatinga, Governador Valadares e de São João Evangelista, 2022.....	23

1. INTRODUÇÃO

O direito à educação é intrínseco ao ser humano que, por sua vez, possibilita a formação integral das pessoas como instrumentos para o exercício da cidadania e emancipação social. Ao longo dos séculos, a educação se transformou até chegar ao que é normatizado hoje. O ensino nas escolas sempre foi um campo de mudanças por estar diretamente ligado à sociedade que se transforma, e dois aspectos sempre foram de grande importância neste caminho: o cidadão sujeito do direito e o papel do Estado para a garantia da oferta educacional.

Se por um lado, mesmo que tenhamos críticas às formas de organização do sistema educacional atual, é notório os avanços que obtivemos para que a educação fosse reconhecida como um bem social e que os entes federativos fossem responsabilizados por sua efetivação. Porém, ainda que sua democratização seja reconhecida é compreensível a necessidade de políticas públicas para que o direito à educação seja efetivado a populações historicamente excluídas. E suas funções devem instrumentalizar diversas formas de apoiar a todos que dela necessitar. Por este motivo o PNAES foi intencionalmente concebido com o objetivo de contribuir com a democratização da educação viabilizando o acesso e a permanência na trajetória acadêmica dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. E é sob esta perspectiva que a PAE foi implementada no IFMG.

A Política de Assistência Estudantil- PAE do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) configura-se num conjunto de princípios e diretrizes que orientam o desenvolvimento de programas, projetos e ações capazes de democratizar o acesso e a permanência dos estudantes na educação pública federal, numa perspectiva de educação como direito e compromisso com a formação integral do sujeito e com a redução das desigualdades socioeconômicas (IFMG, 2023.pag 02).

Instituída pelo Ministério da Educação - MEC em dezembro de 2007 e regulamentada através do decreto 7.234, a Assistência Estudantil foi implementada no IFMG no ano de 2011. De acordo com a regulamentação desta política pública, cada instituição deverá reger sua implementação definindo critérios e metodologias para a sua execução, visando atender as mais diversas áreas da vida acadêmica, respeitando as especificidades regionais e a de seus estudantes. Além disso, prevê o acompanhamento de todas essas ações para que a igualdade de oportunidade seja garantida a todos os estudantes e assim possa contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico. Considerando então que a PAE tem grande potencial de contribuição no desenvolvimento educacional e profissional dos seus estudantes, torna-se relevante conhecer a realidade da organização e das práticas realizadas pelos gestores e profissionais que atuam para viabilizar esta política minimizando as barreiras que os estudantes possam encontrar na sua trajetória até a conclusão do curso.

Objetivamente, o interesse pela pesquisa se deu a partir de experiências vivenciadas ao longo da minha trajetória profissional dentro do IFMG- GV pois sou servidora desta instituição desde 2011. A escolha do objeto de estudo foi através da percepção de quando atuava na Coordenação de Controle e Registro Acadêmico de que grande parte das justificativas das desistências dos estudantes desta instituição estavam relacionadas à insuficiência financeira. Apesar de eu ser assistente em administração a motivação pessoal está intimamente ligada à minha área de formação que é o Serviço Social visto que o profissional desta que atua na promoção de ações e práticas para minimizar as desigualdades sociais.

Somando-se a esses, outro aspecto relevante é que, apesar de estar há vários anos dentro desta instituição eu não desconhecía os processos de execução de assistência aos estudantes

implementados no IFMG. Por todas essas indagações meu objetivo foi analisar a execução da PAE no âmbito do IFMG sob a perspectiva de como está sendo viabilizada esta política sob a ótica dos gestores e equipe multidisciplinar que desenvolvem todas as ações para garantir a permanência dos estudantes, pois a qualidade de assistência prestada, a organização dos serviços é fundamental desde a implementação até alcançar os estudantes. Os dados são referentes ao ano de 2022, tendo como amostra os *campi* de São João Evangelista, Governador Valadares e de Ipatinga.

A pesquisa tem abordagem qualitativa de natureza exploratória e contou com 27 participantes. Todos os procedimentos utilizados nesta pesquisa foram aprovados pela Plataforma Brasil - parecer nº 3.481.169.

Utilizamos como procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica teve por objetivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre o tema estudado. A pesquisa documental visou buscar em documentos institucionais as informações sobre a implementação e os processos de viabilização da PAE no IFMG. Na pesquisa de campo foram utilizados os procedimentos de questionários e entrevistas. As entrevistas visaram conhecer as estruturas organizacionais, os processos de viabilização desta política e os desafios encontrados nesta atuação em cada *campus* pesquisado. Através dos questionários obteve-se informações sobre os processos de execução dos programas, projetos e ações que estão sendo desenvolvidos, a composição da equipe de profissionais e a participação dos estudantes nos processos decisórios desta política.

Para a construção desta pesquisa dividimos o estudo em 8 capítulos. No primeiro, está a introdução, objetivo geral e os objetivos específicos. O segundo, discutimos sobre o processo histórico político da educação no Brasil, a educação e sua dupla face, a criação dos Institutos Federais como um novo olhar para a educação. No terceiro capítulo, falamos do processo histórico político do PNAES, processo de implementação de política pública no Brasil. O quarto capítulo diz respeito ao percurso metodológico, e nele está exposto de que forma construímos a pesquisa, os métodos e procedimentos utilizados. O quinto capítulo apresenta os resultados e discussões, o sexto, as considerações finais, o sétimo estão as referências bibliográficas e oitavo capítulo, os anexos.

1.1. Objetivo Geral

Analisar a execução da Política de Assistência Estudantil- PAE do IFMG, nos *campi* de Ipatinga, Governador Valadares e de São João Evangelista.

1.2. Objetivos Específicos:

- ✓ Conhecer a estrutura organizacional e a equipe responsável pela execução da PAE;
- ✓ Identificar as ações realizadas pela PAE;
- ✓ Compreender a viabilização da Política de Assistência Estudantil.

2. BASE TEÓRICA

2.1. Percurso Histórico Político da Educação no Brasil.

A educação brasileira é um bem social sendo de responsabilidade do poder público ofertá-la. Uma análise geral apenas sobre alguns acontecimentos já evidencia que a trajetória da educação brasileira é marcada por vários conflitos sociais e políticos, não sendo tarefa fácil fazer uma linha que possa elucidar todos os vieses que a atravessam. Conhecer a trajetória da educação faz-se necessário para que reconheçamos os avanços conquistados e não retrocedamos em aspectos que ferem a garantia de um ensino público e de qualidade. Ferreira Junior (2010) diz que desde que o Brasil é Brasil tivemos escola, mas não para todos. Moldadas em distintas classes sociais, a educação não podia ser diferente, de um lado a elite com formação de bacharéis, futuros políticos e do outro crianças, negros, índios e escravos que não eram reconhecidos como cidadãos e não gozavam de nenhum direito. Paulo Freire, (apud, Ferreira Jr, 2010) complementa que a escola primária brasileira não era elitista apenas pelo contingente que abrangia, mas também pelo conteúdo que veiculava.

Os séculos iniciais após a descoberta do Brasil foram baseados na cultura escravocrata sustentada por uma economia agrícola rudimentar na qual a elite da época não necessitava de uma massa letrada. Cury (2005, p.20) diz que,

ao pôr o caráter histórico das nossas sociedades e a própria evolução da existência humana, vê-se, na sociedade de classes, inauguradora da sociedade moderna, o conflito de interesses e de valores estabelecidos entre as diversas classes sociais que a compõe.

O direito a educação é fruto dos processos sociais que levaram os segmentos das classes trabalhadoras a vislumbrar a possibilidade de participar da vida política econômica e social do país.

Desde a Constituição de 1824 já existia um pensamento de que a educação deveria ser direito de todos os cidadãos apontado no art. 179: “A inviolabilidade dos direitos políticos e civis dos cidadãos brasileiros tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade[...]. XXXII: a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. No entanto, o ensino era dirigido somente àqueles que já detinham o direito de gozar dos privilégios, pois nem todos eram considerados cidadãos. A preocupação em democratizar a educação não está baseada somente no direito ao conhecimento, está também na superação das diferenças, sendo essa uma das principais preocupações da minoria mandante, pois esta era sua principal aliada para continuar dominando. Cury (1984) mostra que a Educação, até 1930, atende exclusivamente estas classes e que para erradicar o analfabetismo deveria ser por intensas lutas pela educação, pois a democratização da educação pressupõe o estabelecimento de limites àqueles interesses historicamente dominantes, acelerando o processo de transformação social. A partir dessa data, mesmo sendo pauta de várias discussões políticas e civis no Brasil, o direito a instrução continuou sendo restrito a uma pequena parcela da sociedade. Nesta época, a campanha para a renovação pedagógica foi intensamente debatida entre os representantes da Escola Nova e os católicos. Como já apontado, a década de 1930 é um ponto de inflexão na vida política brasileira e que precisava ser resolvido. O destaque dado a esses dois grupos estava na antagônica concepção de uma política nacional de educação. Os católicos se alinhavam dentro de uma proposta conservadora e sacral de educação que visa a manutenção da estrutura oligárquica. E os signatários da Escola Nova, por uma corrente mais democrática, na qual a

educação deveria ser pública, gratuita e para todos. Mas, todos se alinhavam-se por uma política educacional adaptada aos avanços do capitalismo brasileiro. Além da disputa entre os projetos de educação, Cury (1978) ressalta que o embate ideológico entre a Escola Nova e a Igreja Católica circulou em outros circuitos institucionais, como no caso, da Constituição de 1934. Apesar destas políticas a promulgação da nova constituição não teve alterações significativa para a política educacional. Atendendo a esses dois grupos, o Estado mantém a obrigatoriedade da oferta do ensino primário gratuito, porém abre caminhos para o ensino privado em todas as suas etapas. Para Iamamoto (1995, 2012) a educação sempre deve ser democratizada e seus benefícios devem estender a toda população, não sendo privilégio somente de uma pequena elite. E nesta perspectiva, em 1961, Paulo Freire já dizia que alfabetizar é conscientizar para alcançar a liberdade e que a educação deveria ser uma prática em que o indivíduo consciente da sua opressão seria autor da sua própria liberdade. E desta forma, entre avanços e retrocessos, a educação brasileira foi galgando espaços. Como diz Ferreira Junior (2010), foi tardiamente que o Brasil começou a deixar de ser uma sociedade sem escolas para as classes populares. E nesse largo período, a educação sempre conviveu, em diferentes momentos, com a contradição social enraizada na existência do elitismo e da exclusão.

Chegamos em 1988, ano da promulgação da vigente constituição. A promulgação dessa constituição afirmou no inciso I do art. 208 que o ensino fundamental deveria ser gratuito e obrigatório mesmo que não fosse na idade adequada. Em 1996, a emenda constitucional n. 14 garantiu a progressiva universalização do ensino médio gratuito. Em 2006, foi garantida a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade através da Emenda Constitucional nº 53. Já em 2009, uma nova redação foi dada ao I do art. 208 estabelecendo a gratuidade e obrigatoriedade do Estado em ofertar o ensino básico às crianças e jovens e adultos e também a assistência aos estudantes em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, mas principalmente estabelece que a educação é direito público subjetivo.

A assistência ao estudante do ensino fundamental e médio estava garantida, mas os estudantes das classes populares que conseguiam ingressar no ensino superior ainda careciam de uma legislação.

Ainda em 1996 tivemos outras importantes contribuições da população em prol da popularização da nossa educação, como o relatório direcionado à Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO. Esse documento, elaborado pela Comissão Internacional teve a participação de vários países com o objetivo de definir, naquela época, os rumos da nossa educação, ciência e cultura no sec. XXI. Delors (1998, p.11) afirma:

A educação é indispensável à formação das pessoas na construção dos ideais de paz, liberdade e justiça social. Não como remédio, mas como via ao desenvolvimento harmonioso e autêntico. Assim, considera-se a importância das políticas educativas na construção de um mundo melhor.

Nesse ano também foi promulgada a Lei Federal nº 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, destacando quase todo o artigo 208 da constituição e garantiu às crianças e aos adolescentes a educação básica, sendo dividida em educação infantil, ensino fundamental e médio. Art. 4º “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio” (BRASIL, 1996).

A Constituição de 1988 é inegavelmente um marco para a democratização do ensino brasileiro. No entanto, mesmo com vários avanços posteriores à sua promulgação ainda temos muito a buscar se quisermos de fato garantir o direito à educação para todos, em todos os níveis do ensino, numa perspectiva de equidade. Prova disso é que o ensino superior está previsto na

constituição de 1988 apenas como permissão ao ingresso a níveis mais elevados de ensino segundo a capacidade de cada um, excluído a responsabilização dos entes federativos pela sua efetivação. Canevez e Donadeli (2016, p. 02) discutem a necessidade da manutenção da gratuidade do ensino superior em estabelecimentos oficiais públicos dizendo que:

Estado não se comprometeu em oferecer o ensino superior a todos, o que é corroborado pelo fato de que, não houve previsão de universalização progressiva do ensino superior, como se fez com o ensino médio, o que é lamentável, pois mostra a falta de interesse e perspectiva do Estado de tornar o ensino superior uma realidade no país.

Por isso é tão importante os marcos legais os quais Cury (2002) defende para que a educação não seja constantemente subjugada. Prova disso é a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 206/2019 que propõe a alteração do art. 206 da CF/88 a qual sugere o pagamento de mensalidades nas instituições públicas de ensino superior.

Voltamos o foco para a importância de conhecer a trajetória da educação para que não retrocedamos em nenhum dos seus marcos. Ainda porque, segundo o relatório “Pobreza na Infância e na Adolescência” (UNICEF, 2019), no Brasil 20,3% das crianças e dos adolescentes de 4 a 17 têm o direito à educação violado. No total, segundo o censo escolar 2018, cerca de 2,8 milhões de crianças e adolescentes em idade escolar estão fora da escola. Reforça-se, então, à importância dos movimentos em prol da efetivação do direito a educação para todos. O direito expresso aqui é o princípio da não discriminação e o objetivo pelo qual a sociedade lutou para eliminar os privilégios de cor, crença e padrão social. SANTOS (2016, p. 17) aponta que:

[...] para qualquer estudo que se pretenda fazer de uma realidade social numa base teórica histórico-dialética, de perspectiva ontológica deve levar em consideração a compreensão da totalidade social, enquanto as relações constituintes entre suas esferas essenciais, não apenas enquanto uma junção entre as partes. Quando nos referimos às esferas essenciais da totalidade estamos relacionando a sociedade em economia, política, cultura e relações sociais.

Considera-se com isso, a importância de mencionar os reflexos na educação brasileira após a pandemia de Covid-19. Como analisado anteriormente, em tempos normais já é difícil que o Estado garanta os preceitos legais da educação durante e após a pandemia esta situação se agravou, acentuando as desigualdades. Como bem aponta Dubet (2004), o simples ingresso na escola não garante a inclusão e muito menos a justiça escolar, pois as desigualdades sociais devem ser consideradas neste processo. Por isso a importância de garantir e aprimorar um sistema único de educação para toda a sociedade, superando de vez a duplicidade de ensino.

2.2. Educação e sua dupla face.

A educação para todos é conquista em resposta aos movimentos travados nas relações de poder de uma sociedade dividida em classes, em que se atribui o exercício de funções intelectuais e de dirigentes a poucos e o exercício de funções operacionais e braçais à maioria compreendida nas classes trabalhadoras. Oliveira e Cardoso dizem ao fazer uma crítica aos currículos formativos do ensino médio diz:

um currículo, ao inclinar-se fortemente para uma formação técnica e profissional, lesa a formação científica e mais especificamente, numa proposta com caráter altamente técnico e voltado para as habilidades que tem em seu cerne o saber-fazer, deixa aquém o saber- conhecer (2021, p. 643).

No período compreendido entre os anos de 1930 a 1990 iniciou-se o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e com ele uma série de mudanças sociais e no aparato educacional o

qual viu consolidar-se a divisão do ensino entre a educação propedêutica e a educação profissional. Não pretendemos discorrer todo o caminho pelo qual traçou a educação no Brasil, mas destacar alguns princípios norteadores pelos quais foram marcados historicamente entre a educação básica e a profissional.

Até se estruturar, a educação profissional assumia um caráter assistencialista, que sempre esteve presente desde o período imperial. Direcionada para dar ocupação e correção aos mais pobres, teve como base o decreto Nilo Peçanha em 1909, pois até então o ensino profissional não era formal, ou seja, ele não se realizava em espaços escolares, e estava ligado diretamente às atividades laborativas predominantemente manuais. Criadas por esse decreto, as Escolas de Aprendizes Artífices destinados à população carente é o marco inicial da política nacional de formação profissional publicado pelo então presidente Nilo Peçanha. Embora já existisse alguma experiência, a responsabilização do ensino profissionalizante por parte do Estado inicia-se nesta época. Nas décadas de 1930 e 1940, com a revolução burguesa e o início do desenvolvimento industrial e tecnológico brasileiro, essa formação perde progressivamente o caráter assistencialista e vai sendo direcionada para atender a demanda industrial e não como uma medida social. A partir de 1950, o Brasil torna-se dependente do capital internacional que passa a requisitar investimentos na qualificação de mão de obra com base na teoria do Capital Humano. Com a preocupação em atender esta demanda, o Estado assume o treinamento das forças de trabalho direcionando este ensino às demandas das fábricas. A partir de 1960, o incremento da escolaridade dos trabalhadores passa a ser determinante para o desenvolvimento industrial do país. Segundo Frigotto (2007); Ramos (2012) a história da educação no Brasil foi uma correlação de forças que se instaurou entre Estado e sociedade pelas distintas concepções da dinâmica do desenvolvimento econômico e pelos conflitos travados em torno dos projetos sociais. Por outro lado, a educação propedêutica, aquela em que prevê desenvolvimento do pensamento para uma formação profissional, estava sendo organizada paralelamente. Sua estrutura se dividia em dois ciclos: fundamental, com cinco anos, e complementar, com dois anos, tendo o primeiro uma matriz curricular unificada e o segundo, as mais variadas disciplinas que objetivavam a preparação para o ensino superior. Já o ensino profissional médio foi atualizado. Primeiro com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI o qual mantinha articulado com as empresas fabris. Logo em seguida, a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937- Lei Orgânica do Ensino Industrial dividiu ensino técnico em dois ciclos, e o decreto nº 4.127 estabeleceu as bases da organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, constituída de escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem. Dessa forma, o ensino técnico sempre foi tratado de forma separada buscando atender a demanda do capital, pois tinha como modernizar o Brasil através da atualização do setor industrial. E assim, a demanda industrial fazia os moldes para que o ensino técnico pudesse se adequar as novas realidades estabelecidas para o forte desenvolvimento do mercado.

Embora uma grande parcela da população não tome conhecimento, o modo como está estabelecida a produção econômica em cada época histórica, ela sempre vai impactar nos processos socioeducativos. Como bem percebe Frigotto (2007), ao abordar os diferentes elementos históricos que sustentam a recusa em ofertar uma educação escolar básica (fundamental e média), pública, laica, universal, a nova perspectiva de ensino causaria uma igualdade de competição, no qual todos supostamente estariam preparados para os trabalhos complexos e agregados de valores, enquanto que a ênfase da formação técnico-profissional teria o caráter restrito e o alcance limitado.

Em 1971, a Lei 5.692 torna obrigatória a abordagem profissionalizante no ensino secundário, mas as condições socioeconômicas dos estudantes não permitiam a concretização do que preceituava essa lei, distanciando ainda mais as discrepantes oportunidades. Na prática, o ensino superior, especialmente o de oferta pública, continuou sendo espaço privilegiado de uma minoria e a educação profissionalizante limitou-se a uma instrução minimalista voltada

para a mera execução laborativa. Assim a dicotomia entre escola profissionalizante e propedêutica se fortalece pelos arranjos normativos legais, apesar de uma tentativa frustrada de unificação educacional sob o falacioso discurso de uma escola única para ricos e pobres. E justamente por isso que, segundo Tavares (2012), as transformações no mundo do trabalho e os avanços tecnológicos são as justificativas usadas para promover reformas educacionais e manter a distinção do ensino.

Na década de 1980, o campo educacional brasileiro atravessou um intenso processo de disputa em cujo centro estava a reestruturação do ensino para um novo sistema educacional. A participação social levou à mobilização de educadores e políticos os quais visavam a concepção de uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. A proposta era superar o juízo e as práticas educativas vigentes. Segundo Frigotto (2012), a luta contra a dualidade educacional é uma luta contra a hegemonia social, das classes sociais privilegiadas, e só pode ser travada com muita força coletiva. E neste horizonte, no dia 05 de outubro de 1988 foi promulgada a nova constituição brasileira, passando a educação a ser direito de todos e dever do Estado, conforme prevê o art.205. Apesar do quadro parecer favorável, a construção e o fortalecimento da cidadania brasileira se constituem sob as bases de uma política privatista e neoliberal, pois em 1996, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, a educação profissional foi novamente tratada em separado.

Art. 36-A. Sem prejuízo do dispositivo na Seção IV deste capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderá ser desenvolvida nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional (Brasil,1996).

E assim se configura mais uma vez, um paradigma de diretrizes ambíguas e excludente no sustenta educacional brasileiro. Mesmo que aparentemente todos os esforços converjam para que a apropriação do conhecimento socialmente construído seja disseminada a todos, ele sempre esteve, de modo orgânico, em prol das forças dominantes. E neste bojo de transformações, apesar de algumas críticas, os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia - IFETs criados em 2008 vieram com a missão de diminuir distorções oferecendo uma educação básica de qualidade possibilitando os estudantes socialmente vulneráveis aos níveis mais elevados de ensino.

2.3. Instituto Federal de Minas Gerais- IFMG

A rede federal de ensino em períodos distintos da sua trajetória sempre atendeu a diferentes orientações políticas com a centralidade do mercado e do desenvolvimento industrial. O fator econômico sempre foi o aspecto primordial para o fazer pedagógico. Porém o projeto de criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia - IFETs tem a visão também voltada para o social. A criação dos IFETs está relacionada ao conjunto de políticas de expansão da rede federal ampliando as políticas de inclusão e permanência dos estudantes articuladas com os vários níveis de ensino. O Plano Nacional de Educação - PNE de 2001 prevê a prioridade na garantia de oportunidades de educação profissional complementar à educação básica, que conduza ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, integrada às diferentes formas de educação, trabalho e à ciência e à tecnologia (MEC,2001). O PNE 2014 prevê a continuidade dessa expansão triplicando as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público (MEC, 2014).

O ponto de partida para a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFETs é a constituição de uma Rede Social que se fundamenta para o desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão de sua universalidade. Fator estratégico, portanto, dada a necessidade de fortalecer os processos de inclusão á milhões de brasileiros. Assim, os IFETs evidenciam como agentes de desenvolvimento que fazem valer de uma concepção de educação tecnológica em sintonia com o desenvolvimento humano e social. As instalações destas instituições se deram em regiões estratégicas do país no intuito de facilitar o acesso aos mais diversos estudantes. Parte deste conjunto de 38 intuições criadas por esta lei, está o Instituto Federal de Educação e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG, localizado no centro de Minas Gerais.

Vinculados a uma reitoria com sede em Belo Horizonte, é composto por 18 *campi*: Bambuí, Betim, Congonhas, Formiga, Governador Valadares, Ibirité, Ouro Branco, Ouro Preto, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e São João Evangelista, além dos *campi* avançados de Arcos, Conselheiro Lafaiete, Ipatinga, Piumhi, Itabirito e Ponte Nova. Há, também, o Polo de Inovação credenciado pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPPI) em 2015. O IFMG oferece mais de 70 cursos, divididos entre as modalidades de Formação Inicial e Continuada (FIC), Ensino Técnico (integrado ao Ensino Médio, concomitante, subsequente e Educação de Jovens e Adultos), Ensino Superior (Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia), Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*. Possui aproximadamente 10 mil alunos matriculados nas unidades distribuídas em Minas Gerais (IFMG, 2021). Metade das vagas são destinadas para os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, para dar ao jovem uma possibilidade de formação já nessa etapa de ensino. Para os cursos superiores são reservadas 30% das vagas com preferência para os cursos de engenharia e os bacharelados e tecnológicos. Outros 20% das vagas estão reservados para licenciaturas em ciências da natureza. Além do IFMG, outros quatro Institutos Federais e um Centro Federal de Ensino Tecnológico - CEFET compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em Minas. Eles têm a missão de ofertar ensino, pesquisa e extensão de qualidade em diferentes níveis e modalidades, focando na formação cidadã e no desenvolvimento regional. E a visão de serem reconhecidos como instituições educacionais inovadoras e sustentáveis, socialmente inclusivas e articuladas com as demandas da sociedade, valorizando a ética, transparência, inovação e empreendedorismo, diversidade, inclusão, qualidade do ensino, respeito, sustentabilidade, formação profissional e humanitária (IFMG, 2021). O IFMG tem o compromisso com a valorização do aprendizado através do desenvolvimento de habilidades e competências, e da geração de conhecimentos humanísticos, científicos e tecnológicos. Além disso, procura promover junto ao corpo discente amplo domínio das atividades intelectuais, culturais e práticas laborais, como instrumento de conquista da cidadania e de adaptação ao mercado de trabalho, preparando os alunos para agir com autonomia e responsabilidade. Para isso, desenvolve as bases tecnológicas em laboratórios de ensino e produção, enquanto também trabalha as bases instrumentais e científicas, na convivência diária e através de atividades lúdicas, esportivas, artísticas e culturais. (IFMG, 2021).

2.3.1 Tipos e Modelos de Dimensionamentos do IFs.

Segundo o MEC (2008), os Institutos Federais são instituições que articulam a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, possui administração própria, autonomia para gerir seus recursos e regular suas especificidades acadêmico-científicas. Comporta diferentes tipos de unidades conforme a modalidade de ensino e previsão de expansão (MEC, 2016). Os Institutos Federais são compostos pelas seguintes unidades administrativas:

Os Campus são unidades administrativas que possuem atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão.

O Polo de Inovação é destinado à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e à formação profissional para os setores de base tecnológica;

O Polo de Educação a Distância é destinado à oferta de cursos de educação profissional e tecnológica na modalidade a distância.

O Centro de Referência é destinado à oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, nas modalidades presencial e/ou a distância.

Os *campi* são discriminados conforme sua existência e capacidade administrativa e de oferta de cursos.

Quanto à sua existência, os *campi* são denominados em “**pré expansão**” e “**em expansão**”. Os “pré - expansão” são os *campi* que foram transformados em IF’s e contém uma estrutura consolidada com maior capacidade administrativa. Já os *campi* “em expansão” são aqueles que foram criados após a criação dos IF’s com diferentes capacidades administrativas.

A capacidade administrativa está ligada ao número de cargos efetivos de docentes e técnicos administrativos.

A composição dos *campi* que fazem parte do IFMG tem as seguintes capacidades administrativas: Os *campi* que estão localizados em Bambuí e Ouro Preto comportam 150 docentes e 90 técnicos administrativos sendo denominados “**IF Campus 150/90**”, já o que o campus de São João Evangelista 90 docentes e 70 técnicos administrativos “**IF Campus 90/70**”. Os *campi* de Governador Valadares, Betim, Congonhas. Santa Luzia, Ouro Branco, Ribeirão da Neves, Ibirité, Sabará e o de Formiga são denominados “**IF Campus 70/45**”. E os *campi* denominados “**IF Campus 20/13**” são aqueles que estão localizados em Ipatinga, Conselheiro Lafayete, Arcos, Itabirito, Piumhi, Itabirito e Ponte Nova.

Outra forma de organização foi realizada no âmbito do IFMG que organizou seus campi por regiões, tendo em vista a dificuldade de gerenciá-los e organizar seus processos administrativos pela grande distância territorial em que estão localizados uns dos outros. Dessa forma, os processos administrativos são tratados regionalmente considerando esta organização conforme o Quadro 1. Eles estão assim distribuídos:

Região 1	Região 2	Região 3	Região 4
Betim	Congonhas	Arcos	Governador Valadares
Ibirité	Conselheiro Lafaiete	Bambuí	Ipatinga
Ribeirão da Neves	Itabirito	Piumhi	São João Evangelista
Santa Luzia	Ouro Branco	-----	-----
-----	Ouro Preto	-----	-----

Quadro 1- Divisão dos *campi* do IFMG por regiões.

Considerando os diferentes modelos de unidades, esta pesquisa considerará somente a unidade administrativa “*campus*”, pois somente neles que são desenvolvidas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, a oferta do ensino é presencial e é executado a Política de Assistência Estudantil - PAE. Por isso torna-se necessário, primeiramente, conhecer o

Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES para posteriormente conhecermos a Política de Assistência Estudantil - PAE implementada no IFMG.

3.0 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTENCIA ESTUDANTIL-PNAES

3.1 Percurso histórico político do PNAES

O ensino sempre foi um campo de mudança e está sempre ligado à sociedade que se transforma e se organiza para reivindicar melhores condições de vida. Mas, estudar é um processo que demanda tempo e dinheiro, dois bens preciosos e limitados para a maioria dos brasileiros. No ensino superior esta realidade agrava-se ainda mais, pois para a maioria dos jovens brasileiros, o término do ensino médio lhes apresenta uma perspectiva dicotômica: trabalhar ou estudar, porque as duas coisas sempre parecem quase impossíveis dada a realidade econômica da maioria da população. E para o MEC,

A maneira mais eficaz de reverter esse quadro e tornar a educação superior uma experiência ao alcance de todas as classes sociais é a utilização de mecanismos que minimizem a demanda de tempo, de dinheiro ou de ambos por parte do estudante (MEC,2014. Pag.22).

E com esta declaração, o Estado reconhece a necessidade de uma política pública que intervenha nesta realidade e contribua para que mais jovens possam ter acesso ao ensino superior e permaneçam até concluir o curso pretendido.

A primeira iniciativa de assistência aos estudantes aconteceu em 1928, com a inauguração da “Casa do Estudante Brasileiro”, localizada em Paris. Esta casa era direcionada aos estudantes que tinham dificuldades de se manterem na cidade. No Brasil acontece em 1931 com a reforma de Francisco Campos, a qual instituiu medidas que beneficiavam os estudantes reconhecidamente pobres dos Institutos Universitários. A assistência prestada aos estudantes nessa época era posta como “serviços de assistência educacional”, uma medida de ajuda aos estudantes pobres com problemas de eficiência escolar. O Art. 8 do decreto Nº 20.302 de 1946 estabelecia que a Seção de Orientação de Assistência servia para orientar e fiscalizar a educação e manter um plano de assistência médico social aos alunos e estudando problemas relacionados a assistência (BRASIL, 1946). Mas estas medidas eram frágeis e focalizadas e não atendiam a todos que dela necessitavam. Com a expansão da educação superior que iniciou na década de 1950 foram criadas várias universidades aumentando de modo significativo o número de estudantes de classes mais baixas onde gerou, assim mais demandas por ações específicas para atendimento desse público.

Em 1970, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação, que implantou programas de assistência aos estudantes, como Bolsas de Trabalho. Este programa era destinado aos estudantes de baixa condição financeira, de todos os níveis de ensino, que desenvolvessem atividades profissionais, mas no fim da década de anos 1980, o DAE foi extinto, e as ações de assistência ao estudante ficaram novamente pulverizadas de acordo com cada instituição de ensino. E assim a assistência volta a ter uma relação clientelista que impedia a garantia do direito. Se por um lado muitos estudantes lutavam para ingressarem no ensino superior, do outro, aqueles que já cursavam, lutavam por condições igualitárias de permanecerem, ainda mais naquele momento em que as 300 mil vagas que existiam em 1970 atingiram um milhão e meio em 1980. E foi a partir desta explosão de vagas que a questão da permanência dos universitários oriundos da classe trabalhadora passou a ser debatida com mais efervescência,

Em meio à opressão do sistema político da época, duas frentes se destacam para discutir as questões de assistência aos estudantes: o FONAPRACE – Fórum Nacional de Pro – reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e a ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Criados em 1987, estes dois órgãos foram instituídos com o objetivo de formular políticas e diretrizes básicas que permitissem a articulação e as ações na área de assuntos comunitários e estudantis. Nas discussões as dificuldades levantadas pelas instituições do ensino superior eram em relação à evasão e permanência dos estudantes pobres reforçando a importância de garantir a efetividade do direito à educação.

A partir de 1996, o FONAPRACE/ ANDIFES passou a realizar pesquisas as quais demonstraram que mais de 43% dos estudantes do ensino superior pertenciam às classes C, D e E, aqueles que tinham a renda média familiar de até três salários, (ANDIFES, 2007). Foram várias pesquisas realizadas pelo FONAPRACE/ ANDIFES e todas constaram a urgente necessidade de garantir instrumentos que pudessem reverter o quadro da exclusão educacional brasileira, pois ainda nada havia acontecido. Cury (2008, p.302) diz que:

Por ser um “serviço público”, ainda que ofertado também pela iniciativa privada, por ser direito de todos e dever do Estado, é obrigação deste interferir no campo das desigualdades sociais e, com maior razão no caso brasileiro, no terreno das hierarquias sociais, como fator de redução das primeiras e eliminação das segundas, sem o que o exercício da cidadania ficaria prejudicado.

Foi em respostas às constantes reivindicações dos estudantes que a assistência ao estudante se efetivou como direito no art. 2º da portaria 39 de 12 de dezembro de 2007 pelo Ministério da Educação - MEC. Nele, há a regulamentação através do decreto 7.234 de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES vem como estratégias para minimizar as questões sociais e suprir as necessidades educacionais dos estudantes. É uma política que visa atuar nos efeitos das desigualdades criando condições de permanência destes estudantes até a conclusão do curso pretendido, tendo como objetivos:

I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL,2010, art.1º).

Esta política representa um marco histórico da assistência estudantil, pois o peso da desigualdade revelado pelas pesquisas emperra a efetiva democratização da educação. O Plano Nacional da Assistência Estudantil- Pnaes confirma:

para o estudante se desenvolver em sua plenitude acadêmica, é necessário associar à qualidade do ensino ministrado a uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, de alimentação, de saúde, de esporte, de cultura, de lazer, de inclusão digital, de transporte, de apoio acadêmico e de outras condições” (ANDIFES, 2007).

As ações previstas no PNAES são executadas pelas instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFETs, considerando os estudantes do ensino superior e médio, com programas e projetos institucionais de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Visa o atendimento de estudantes, com ações nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e

aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010. Art. 3º).

São atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, para viabilizar a igualdade de oportunidades, a melhoria do desempenho acadêmico e agindo, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras, além de criar mecanismos de acompanhamento e avaliação das suas ações. (BRASIL, 2010). A análise de Vasconcelos (2010, p. 405) aponta que:

O PNAES é fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes que representou a consolidação da luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público.

Ainda mais quando a população brasileira vem passando nos últimos anos por intenso empobrecimento. O relatório da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES realizada pelo FONAPRACE/ANDIFES em 2018 possibilitou a aferição das mudanças no perfil socioeconômico e cultural dos discentes. Esta confirmação veio com o aumento do percentual de matrículas de estudantes negros, indígenas e renda até um salário e meio nos cursos de graduação nas instituições públicas de ensino.

Segundo o IBGE, a renda média das famílias brasileiras em 2017 e 2018 era de 1.600,00 reais. Se compararmos quando mulheres e negros são chefe da família, esta renda ainda é menor. Em virtude da pandemia em 2020 esta renda caiu ainda mais, nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua- Pnad divulgado pelo IBGE ficou em 1.380,00. Esses dados reforçam a importância de apoiar os estudantes para que eles tenham condições mínimas para permanecerem na escola (IBGE, 2021). O Instituto Brasileiro de Economia, unidade da Fundação Getúlio Vargas -FGV, constatou a partir da pesquisa realizada no ano de 2021, em 2022 ainda não haverá uma recuperação econômica e, podendo persistir até 2026 (IBRE, 2021). Pesquisas da ONU não revelam boas notícias para o mundo, sendo grave a insegurança alimentar, dadas as altas taxas de desemprego. Estas últimas notícias são consequências da pandemia da COVID19 que começou no início de 2020 e atingiu todo o globo terrestre (ONU,2021). Dessa maneira, cada vez mais tem exigido dos gestores respostas que efetivamente deem conta da questão social e seus desdobramentos na contemporaneidade.

E uma delas são as políticas educacionais implementadas no Brasil com ações que visam minimizar as desigualdades encontradas pelos estudantes para garantir o efetivo direito à educação.

3.2 Processo de Implementação de política pública no Brasil.

Os estudos sobre políticas públicas têm ganhado espaço nas últimas décadas, mas apesar do aumento das pesquisas, ainda é insipiente as formas de análise que a literatura nos oferece quando analisamos a implementação das políticas públicas, então percebemos a pouca importância que se atribuem a esta fase. Para Lotta (2008, p. 02),

o processo de implementação de uma política pública, buscando superar as lacunas da literatura, é a integração de novos atores buscando compreender que o processo de implementação é o resultado dos processos de interação entre todos os atores, incluindo aqueles que estão em contato direto com os beneficiados da política buscando reconhecer a discricionariedade de cada agente envolvido neste processo.

Para Cavalcanti (2007), a fase de implementação de uma política pública é vista como a “efetivação”, o momento do processo que transforma intenções em ações. Roth Deubel (2002) alega que uma implementação perfeita é inalcançável e que é utópica a percepção da implementação de decisões públicas como um problema puramente administrativo, técnico, de execução simples, impessoal. Para esses autores, os gestores têm um papel muito importante no processo de implantação das políticas públicas, os quais têm total discricionariedade para a tomada de decisão. Rua (2014, p.90) destaca outros fatores que envolvem o processo de implementação:

envolve os mais diversos aspectos do processo administrativo: provisão de recursos no orçamento, formação de equipes, elaboração de minutas de projeto de lei autorizando realização de concurso para contratação de servidores, elaboração de editais para aquisição de bens ou contratação de serviços.

Tendo como referência essas considerações, percebe-se que a fase da implementação de uma política pública é muito importante, e é neste momento que os atores envolvidos definem os processos nos ambientes institucionais. Lotta (2008) vem completar que ao avaliar os processos de implementação, na medida em que se passou a valorizar a efetividade das políticas públicas, percebeu que haviam falhas, sendo necessária a contínua reflexão. Que os fluxos são dinâmicos, e cada implementação passa pelas diversidades dos seus agentes e de alguma forma vai incidir sobre os resultados. Najberg e Barbosa, (2006) complementa que a implementação se constitui em importante fonte de experiência com que os gestores podem contar para testar e aprimorar suas ações. Assim, a implementação não é apenas executar o que foi estabelecido, é também acompanhar os processos decorrentes dela.

Lotta (2008) explica dois modelos básicos de análise da implementação: top-down e bottom-up. Modelos gerenciais nas quais as decisões e estratégias são tomadas a partir de diferentes ângulos. No Top-down, há uma Estrutura tradicional de governança, na qual as ações são hierarquizadas. Ou seja, de cima pra baixo, enquanto no Bottom-up: há uma perspectiva longitudinal do processo, as adaptações são contínuas e priorizam os atores que estão em contato direto com os usuários. Para a autora estes atores que ela chama de “burocrata do nível” são as peças fundamentais na hora da avaliação, pois são eles que podem fazer com que uma política pública alcance ou não seus objetivos. Rua (2014) compara os ciclos de uma política pública como o resultado de uma série de atividades políticas que agrupadas formam o processo político. Por isso os autores vêm ressaltar a importância dos processos de implementação de uma política pública para que ela possa alcançar o objetivo para o qual foi criada. Najberg e Barbosa (2006, p.3) relata que a implementação deve ser vista como um processo em evolução, pois novas circunstâncias estão sempre sendo enfrentadas, o que permite atualizar as ideias subjacentes à implementação. Nesta perspectiva, os processos de implementação de uma política pública devem ser dinâmicos e abertos a novas transformações. Por isso se faz necessários conhecermos os processos de implementação da assistência estudantil no IFMG para então entendermos como esta política é viabilizada nos *campi* pesquisados.

3. 3 Implementação da Política de Assistência Estudantil- PAE no IFMG.

A implementação do PAE no IFMG tem o objetivo de atender o decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, utilizando critérios e metodologias próprias para os processos de seleção dos estudantes. Com a implementação dessa política o IFMG se redefine num espaço democrático desenvolvendo projetos capazes de democratizar o acesso e a permanência dos estudantes numa perspectiva de educação como direito para a formação integral do sujeito e assim reduzir as desigualdades socioeconômicas.

Atualmente o PAE segue a Resolução nº 09 de 03 de julho de 2020 para fazer cumprir os direitos dos estudantes. No organograma, o responsável pela Assistência Estudantil está no

nível de Diretoria, ligado a Pró- reitoria de Ensino, sendo um cargo comissionado. A gestão da Política de Assistência Estudantil é desenvolvida sob a seguinte hierarquia: Pró- Reitoria de Ensino- PROEN, Diretoria de Assuntos Estudantis - DIRAE e Setor de Assistência Estudantil que estão localizados na reitoria. Nos *campi*, a Política de Assistência Estudantil está sob responsabilidade de uma Coordenação ou equivalente é executada por uma equipe multiprofissional.

A DIRAE, que é o órgão máximo está responsável por todo o planejamento dos projetos e das ações que serão executadas. Ao Setor de Assistência Estudantil compete acompanhar a execução das ações de caráter socioeconômico, monitorar as ações de assistência estudantil que viabilizem a permanência dos estudantes, coordenar e controlar as ações de caráter educativo e preventivo, viabilizando a socialização de informações relacionadas aos direitos humanos junto à comunidade estudantil e promover encontros para avaliação desta Política com as equipes das Coordenações dos *campi*.

Nos *campi*, os coordenadores ou equivalentes são responsáveis pelo planejamento anual e operacionalização das ações da Política de Assistência Estudantil - PAE, acompanhamento periódico desta execução além de realizar avaliação dos resultados para a permanência e êxito escolar dos estudantes. Eles devem também dar publicidades das ações, realizar discussões a respeito da assistência estudantil, em parcerias com a equipe multiprofissional e comunidade estudantil, desenvolver estratégias para o monitoramento da frequência e do aproveitamento escolar trimestral dos estudantes beneficiários de bolsas de caráter socioeconômico, juntamente com a DIRAE e Diretoria de Ensino.

De acordo com a resolução nº 09/2020, a equipe multiprofissional poderá ser composta por assistente de aluno, assistente social, docente, enfermeiro, interprete de libras, médico, nutricionista, odontólogo, pedagogo, psicólogo, técnico em assuntos educacionais e por outros de áreas afins. Estes profissionais devem desenvolver suas atribuições previstas em lei, nesta normativa e editais de forma a assistir para a permanência e êxito dos estudantes que se encontram regularmente matriculados na instituição, contribuindo com o bem-estar biopsicossocial e condições para a aprendizagem dos mesmos, através de ações de natureza preventiva e interventiva e de promoção de saúde, respeitando a ética, direitos humanos e priorizando a multidisciplinaridade; atuar na prevenção de situações de agravantes socioeconômicos e das diversas formas de violência; desenvolver atividades voltadas à preparação do estudante para o ingresso no mundo do trabalho; acompanhar e orientar estudantes que apresentem dificuldades no processo de ensino e aprendizagem elaborando e desenvolvendo conjuntamente com a equipe multiprofissional, projetos educacionais e de assistência estudantil que fortaleçam o desenvolvimento integral dos estudantes.

A Diretoria de Ensino através da DIRAE, deve anualmente fazer levantamento das ações no âmbito do IFMG para colher dados a respeito do quantitativo de estudantes atendidos, informações sobre evasão e retenção, da frequência e aproveitamento dos estudantes atendidos pelo PAE. Realizar avaliações que devem contar com a participação dos estudantes e suas entidades representativas, podendo também contar com a participação dos pais e/ou responsáveis.

Os programas de assistência estudantil são direcionados aos estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais ofertados pelo IFMG. Os estudantes matriculados em cursos de Educação a Distância (EaD) têm direito ao auxílio para participação em eventos e visita técnica, de acordo com a disponibilidade orçamentária, sendo vedada a sua participação nos editais de seleção de Bolsa Permanência. Não são contemplados nas ações de assistência estudantil os estudantes matriculados em curso de pós-graduação, formação inicial continuada (FIC) e demais cursos de extensão.

As ações do Programa de Assistência Estudantil - PAE oferecido pelo IFMG estão dispostos nos seguintes programas:

- de caráter universal,
- de apoio pedagógico
- de caráter socioeconômico.

O Programa de caráter universal é desenvolvido sem pré-condições de critérios socioeconômicos e articula na oferta de ações e serviços de acompanhamento e suporte ao ensino; assistência à saúde do estudante; incentivo à participação político acadêmica, cultural e esportiva; apoio a estudantes com necessidades educacionais específicas; ajuda de custo para participação em visitas técnicas e participação em eventos.

As ações de apoio a estudantes com necessidades educacionais especiais devem ser operacionalizadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNEE conjuntamente com setores afins em conformidade com a Política Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação, visando a promoção do acesso, a participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Os estudantes com baixa frequência e rendimento acadêmico abaixo da média devem ser convocados para atendimento e encaminhados para os programas de apoio pedagógico. Os estudantes que descumprem as recomendações e não se comprometem com os programas de apoio pedagógico podem ter o auxílio suspenso ou cancelado.

O Programa de apoio Pedagógico é direcionado a atender às necessidades de formação acadêmica dos estudantes. Através de bolsas monitorias e bolsas de projetos da assistência estudantil que configurem apoio pedagógico com duração máxima de 60 dias.

O Programa de caráter socioeconômico é desenvolvido através de repasse financeiro, serviços ou bens de uso acadêmico para o estudante. Nesta categoria são oferecidas bolsas permanências, auxílio-moradia, alimentação e auxílio emergencial. Os valores das bolsas permanência são escalonados de modo a atender diferentes perfis de vulnerabilidade que são de: R\$ 400,00/mês, R\$ 300,00/mês, R\$ 200,00/mês e R\$ 150,00/mês.

O programa de alimentação consiste no apoio financeiro, em caráter complementar às atividades de concessão de refeição nas unidades do IFMG nos *campi* que há refeitórios. Nos *campi* que não possuem restaurante ou equivalente, os estudantes serão atendidos através do processo seletivo do Programa de Bolsa Permanência.

O programa de moradia estudantil compreende a concessão de vagas em alojamento para os *campi* que já dispõem desta estrutura, ou bolsa permanência para os demais *campi*. As vagas nas moradias serão concedidas prioritariamente aos estudantes cujo núcleo familiar resida fora do município do *campus*. O acompanhamento dos estudantes alojados é realizado através da Coordenação de Assistência Estudantil ou equivalente, com a participação da família e, quando necessário, por órgãos de defesa da criança e do adolescente. Os alojamentos, obrigatoriamente, devem ser organizados em sua estrutura física para convivência separada por sexo feminino ou masculino.

O auxílio emergencial é a oferta temporária para aqueles que se enquadrem em situações de calamidade pública e/ou o poder público tenha decretado estado de emergência.

Os estudantes atendidos pelos programas de caráter socioeconômico devem estar matriculados e frequentes em pelo menos 03 (três) disciplinas e prioritariamente aqueles que possuem renda familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo e/ou oriundos da rede pública de educação básica. Ter frequência igual ou superior a 75% por disciplina, apurada trimestralmente nos cursos superiores/subsequente, técnicos integrados e concomitante. A reprovação do

estudante no período letivo vigente não é considerada critério para exclusão deste no programa, se for constatado o cumprimento das condicionalidades.

A ausência de mais de 25%, por disciplina, apurada trimestralmente, sem justificativa, poderá incidir na suspensão ou cancelamento do auxílio. Ocorrerá o desligamento do programa, se esgotadas todas as estratégias de acompanhamento para cumprimento das condicionalidades dos programas de caráter socioeconômico. As ações são realizadas com a ciência dos pais ou responsáveis, no caso do estudante dos cursos técnicos integrados.

Todos os auxílios do programa de caráter socioeconômico são concedidos de acordo com os perfis de vulnerabilidade socioeconômico de cada estudante. Para identificar cada perfil, os assistentes sociais verificam as informações apresentadas por cada estudante nos formulários estabelecidos por edital, devendo ser comprovadas através da documentação podendo consultar informações públicas, entrevistar o estudante e/ou demais pessoas da família, solicitar documentação adicional e realizar visitas domiciliares para subsidiar cada parecer. A avaliação terá validade de 1 ano, podendo ser renovável pelo mesmo período. São utilizados os seguintes dados referentes ao seu núcleo familiar: renda familiar bruta mensal *per capita*, bens patrimoniais, situação de trabalho/ocupação, grau de escolaridade do provedor do núcleo familiar, situação de moradia da família, procedência escolar do estudante, meios de transporte, composição familiar, doenças e grupo de risco.

Considera-se como família a unidade de origem do estudante composta por pessoas que possuem vínculos consanguíneos e/ou vínculos afetivos, todas moradoras do mesmo domicílio, podendo eventualmente contemplar pessoas que estabeleçam relações de obrigações mútuas, independentemente de serem moradores de um mesmo domicílio. Para a concessão dos auxílios serão considerados os seguintes perfis, conforme as linhas de corte do Índice Sintético¹

1. Perfil A: contempla estudantes que possuem alto grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório, em decorrência da falta ou insuficiência de recursos financeiros e socioculturais;
2. Perfil B: contempla estudantes que possuem dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho satisfatório, em decorrência da falta ou insuficiência de recursos financeiros e socioculturais;
3. Perfil C: contempla estudantes que possuem médio grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório, em decorrência da falta ou insuficiência de recursos financeiros e socioculturais;
4. Perfil D: contempla estudantes que possuem baixo grau de dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório, em decorrência da falta ou insuficiência de recursos financeiros e socioculturais;
5. Perfil E: estudantes que não possuem dificuldade em permanecer na instituição e obter desempenho acadêmico satisfatório.

A distribuição e/o concessão de todos os auxílios, benefícios ou serviços, os perfis A e B sempre têm prioridades.

¹ Conjunto de indicadores sociais, que serão utilizados para a construção de um Índice Sintético que aponte diferentes perfis socioeconômicos dos candidatos aos editais. (RESOLUÇÃO Nº 9 DE 03 DE JULHO DE 2020 Dispõe sobre a Aprovação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFMG e Revogação da Resolução nº 3/2019.

4 METODOLOGIA

4.1. Caracterização da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa de natureza exploratória procurando obter informações sobre a execução da Política de Assistência Estudantil no contexto do IFMG. Embora a pesquisa seja de natureza qualitativa, os dados quantitativos obtidos através dos questionários também foram considerados.

Para alcançar os objetivos propostos foram desenvolvidas pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, nas quais foram utilizados questionários (ANEXO I) e uma entrevista semiestruturada (ANEXO II).

A pesquisa foi realizada em três *campi* do Instituto Federal Minas Gerais- IFMG: de Governador Valadares, Ipatinga e de São João Evangelista, pois eles contemplam diferentes dimensionamentos de pessoal e compõem a região 04 (quatro) conforme a organização administrativa do IFMG.

4.2. Participantes

O público alvo desta pesquisa foram 3 coordenadores ou responsáveis pela viabilização da Política de Assistência Estudantil e 24 profissionais que compõem as equipes multiprofissionais que exercem atividades exclusivas e afins no processo de viabilização da PAE do IFMG dos *campi* pesquisados.

Os termos de consentimento e livre esclarecido- TCLEs foram assinados pelos coordenadores ou responsáveis pela assistência estudantil nos *campi* (ANEXO IA) às equipes multiprofissionais da assistência estudantil (ANEXO IB).

Todos os procedimentos utilizados nesta pesquisa foram aprovados pela Plataforma Brasil - parecer nº 3.481.169.

4.3. Pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica teve por objetivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre o tema estudado, constituiu, principalmente, de legislações, livros, artigos, teses e dissertações. Buscamos nas bibliografias alguns acontecimentos do processo de democratização da educação no Brasil, as formas de oferta de educação às diferentes classes sociais e a identificação da criação dos Institutos Federais e mais especificamente, a assistência estudantil regulamentada pelo decreto nº 7.234/2010 e implementada no IFMG por meio da resolução 09 de 03 de julho de 2021, bem como a importância dos processos de sua implementação.

A pesquisa documental foi realizada em *sites* e documentos institucionais a fim de obter informações sobre a implementação e outras informações para o processo de viabilização da PAE no IFMG. Com base nesse levantamento, foi possível apresentar os princípios, diretrizes e objetivos, bem como as atribuições de todos os atores envolvidos nesta política, tanto a nível institucional quanto local, nos *campi*.

4.4. Pesquisa de campo

4.4.1. Questionário

O questionário foi aplicado através do acesso individual dos respondentes, disponibilizado em ambiente virtual por um formulário na plataforma “*Google Forms*”, direcionado à equipe multiprofissional responsável pela execução da PAE (Assistente de aluno, assistente social, enfermeiro, intérprete de libras, médico, nutricionista, odontólogo, pedagogo, psicólogo, técnico em assuntos educacionais), com o objetivo de conhecer a equipe multidisciplinar, os programas, projetos e ações que estão sendo executados, os desafios encontrados e a participação dos estudantes no processo decisório da PAE em cada campus pesquisado. O questionário continha 24 perguntas (ANEXO-II) e foi enviado a 24 profissionais, porém somente 15 deles preencheram as respostas. Os participantes foram abordados por meio telefônico e e-mail e convidados a contribuir voluntariamente com a pesquisa. A todos foram esclarecidos os objetivos da pesquisa, da confidencialidade dos dados, anonimato no momento do procedimento, bem como de qualquer outra dúvida que pudessem ter a respeito da pesquisa. O Termo de Consentimento e Livre Esclarecido- TCLE (ANEXO AI) foi parte integrante do questionário e só era possível prosseguir com o levantamento dos dados se o participante concordasse com os termos de conformidades.

4.4.2. Entrevista

Foram realizadas 3 entrevistas semiestruturadas presencialmente com os responsáveis pela PAE com o propósito de conhecer a estrutura organizacional, os processos de viabilização e os desafios encontrados na operacionalização da PAE em cada um dos *campi* pesquisados. As entrevistas compostas por 13 perguntas ocorreram de forma presencial, com agendamento prévio, de acordo com as disponibilidades dos participantes (ANEXO III). O Termo de Consentimento e Livre Esclarecido- TCLE (ANEXO AII) foi lido e assinado antes do início de cada entrevista e continha 3(três) vias. Sendo uma para o participante, outra para instituição e outra para a pesquisadora. Estas entrevistas foram gravadas e transcritas para possibilitar a análise do conteúdo.

4.5 Análise dos dados

A análise dos dados obtidos através das entrevistas foi realizada pelo método de ‘Análise de Conteúdo’. Para Bardin (2011), a análise de conteúdo pode usar diferentes instrumentos metodológicos, para compreendermos fontes de conteúdo, verbais e não verbais seguindo com rigor as três fases para analisar um conteúdo. São elas: pré-análise, exploração do material ou categorização e tratamento dos resultados, inferências e interpretação. A Pré-Análise é a primeira etapa e é por meio dela que o pesquisador começa a organizar o material para que se torne útil à pesquisa. Na sequência, temos a exploração do material identificando os pontos convergentes ou divergentes. Assim, a repetição de palavras e/ou termos pode ser estratégia no processo de codificação. A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, o qual se destina a decodificação das mensagens. É o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica.

Para a análise dos materiais das entrevistas e das respostas das questões discursivas dos questionários foi feita uma leitura geral e organização do material. Na sequência, foi realizada uma leitura mais crítica possibilitando a divisão da análise em dois tópicos para melhor compreensão: a estrutura e os processos de viabilização da Política de Assistência Estudantil no IFMG; os atores e a execução da Política de Assistência Estudantil no IFMG. Por fim, na terceira fase, foi realizado o tratamento dos resultados.

Para as respostas objetivas dos questionários, as mesmas foram exportadas da plataforma “Google Forms” e organizadas em uma planilha do Microsoft Excel e apresentadas nos gráficos de representação percentual.

A pesquisa documental foi realizada através da análise de documentos institucionais contendo as informações sobre a implementação e os processos de viabilização da PAE no IFMG, em comparação com as determinações estabelecidas pelas políticas públicas de assistência estudantil contidas na portaria nº 713, de 19 de novembro de 2021, do MEC, em que apresenta os diferentes modelos de dimensionamentos de *campus* que compõem os Institutos Federais, e na [Resolução 09, de 03 de julho de 2020](#), que implementa a Política de Assistência Estudantil no IFMG.

5.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 A estrutura e os processos de viabilização da Política de Assistência Estudantil no IFMG.

5.1.1 A Estrutura organizacional da PAE

Os dados mostram como estão dispostas a estrutura organizacional e a formação da equipe multiprofissional da PAE em cada campus, levando em consideração os dimensionamentos de pessoal conforme a portaria nº 713 de 19 de novembro de 2021.

IFMG *campus* Ipatinga

O IFMG, *campus* Ipatinga, oferta hoje dois cursos técnicos e um curso de graduação totalizando, em média, 410 estudantes. Possui hoje 18 docentes efetivos, 04 docentes substitutos e 13 técnicos administrativos. Se organiza com duas diretorias, duas seções e duas coordenações de cursos. Neste *campus*, a PAE está sob responsabilidade da diretoria de ensino e não há uma coordenação para a execução do programa tendo como referência apenas o setor pedagógico, de serviço social e núcleo de atendimento educacional especializado sob responsabilidade somente de uma profissional contratada. Dois profissionais técnicos em assuntos estudantis estão alocados em outro setor e não desenvolvem atividades ligadas ao programa e o pedagogo encontra-se afastado de suas funções. Portanto, no ano de 2022 somente dois profissionais são responsáveis pela operacionalização do programa e prestando a todos.

IFMG *campus* Governador Valadares

Já o *campus* de Governador Valadares oferta três cursos técnicos, quatro cursos de graduação totalizando, em média, 860 estudantes. Possui hoje 59 docentes efetivos, 05 docentes substitutos e 37 técnicos administrativos distribuídos entre os diversos setores da instituição. Possui 03 diretorias: geral, de administração e de ensino; seis coordenadorias, de gestão de pessoas, de extensão, de pesquisa e inovação e de pós-graduação, administração e planejamento, de finanças e registros e de registro escolar e controle acadêmico e três coordenadores de curso.

Nesse *campus*, a PAE está sob responsabilidade da seção de assuntos estudantis coordenando os trabalhos da biblioteca, laboratórios e do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE. Possui uma equipe composta por quatro profissionais diretamente alocados nesta seção, que são assistente social, pedagogo, psicólogo e assistente de alunos. Além de outros três profissionais que também prestam assistência aos estudantes, sendo um pedagogo e um técnico em assuntos educacionais e uma técnica em enfermagem que estão diretamente ligados à diretoria de ensino. Outros dois que são o interprete de libras e o técnico em assuntos educacionais estão em cooperação técnica. Portanto, em 2022, o *campus* Governador Valadares contou com sete profissionais para prestar assistência a todos os estudantes.

IFMG *campus* São João Evangelista

O *campus* de São João Evangelista oferta hoje dez cursos, sendo quatro cursos de nível médio e seis cursos de graduação, totalizando, em média, 1.500 estudantes. Possui em seu quadro efetivo 83 docentes efetivos, 15 docentes substitutos e 72 técnicos administrativos distribuídos entre os diversos setores da instituição. Possui uma estrutura mais consolidada, pois conta com três diretorias, quatro coordenadorias, 18 núcleos além de diversos setores e seções para o atendimento aos estudantes. O PAE está sob responsabilidade da Coordenadoria de Assuntos Estudantis - CAE que é composta pelos setores de ambulatório, alojamentos, artes, serviço social, refeitórios, psicologia e reprografia. A profissional intérprete de libras encontra-se afastada. Somando 16 profissionais distribuídos nestes setores prestando assistência para atender todos os estudantes.

Os profissionais contratados não entraram na contagem da composição das equipes e nem participaram da pesquisa.

Esses resultados podem ser observados na Quadro 2 que apresenta a composição da equipe de profissionais do PAE em cada *campus*.

Campus	Profissionais
Ipatinga	01 assistente social 01 pedagogo
Governador Valadares	01 assistente social 02 pedagogos 01 psicólogo 01 auxiliar de enfermagem 01 técnicos em assuntos educacionais 01 assistente de aluno
São João Evangelista	01 médico 01 odontólogo 02 auxiliares em enfermagem 01 nutricionista 01 assistente social 02 pedagogos 01 psicólogo 01 auxiliar de enfermagem 02 técnicos em assuntos educacionais 04 assistentes de aluno

Quadro 2 – Profissionais que fazem parte da equipe multiprofissional da PAE nos *campi* de Ipatinga, Governador Valadares e de São João Evangelista, 2022.

5.1.2 Programas, projetos e ações desenvolvidos pela PAE nos *campi* pesquisados.

Conforme resolução 09 de 03 de julho de 2021, a qual implementa a PAE no IFMG, todos os *campi* devem desenvolver os programas de caráter universal, pedagógico e socioeconômico. O programa de caráter universal é direcionado a todos os estudantes com objetivo de contribuir para a formação e o desenvolvimento dos estudantes no processo educacional com ações voltadas para o acompanhamento social, pedagógico, psicológico e de assistência à saúde. Já o programa de caráter pedagógico ou acadêmico destina-se aos estudantes envolvidos em projetos de pesquisa ou que tenham bom desempenho acadêmico. E o programa de caráter socioeconômicos é desenvolvido através de repasses financeiros aos estudantes ou em prol deles para suprir as mais diversas fragilidades socioeconômicas, com a oferta de benefícios nas áreas de moradia, alimentação, bolsa permanência e auxílio emergencial.

Programa de caráter universal

De acordo com os dados desta pesquisa, todos os *campi* desenvolvem os projetos estabelecidos na normativa e seguem todas as linhas estabelecidas, mas algumas diferenças foram observadas nos projetos e ações desenvolvidas. O *campus* de Ipatinga por exemplo, não possui nenhum profissional da área da saúde, e em 2022 não houve atendimento do profissional da pedagogia, pois o mesmo se encontrava afastado de suas funções. Contudo, neste *campus* pudemos observar a formação de vários coletivos² como, coletivo negro, Maria Quitéria e LGBT, debates tão importantes na atualidade para a inclusão social. No *campus* Governador Valadares para a área da saúde os estudantes podem contar com o profissional da enfermagem e da psicologia. E o *campus* de São João Evangelista possui uma equipe bem completa, serviços de saúde com os profissionais da psicologia, medicina, odontologia e nutrição.

Para os programas esportivos, todos os *campi* realizam algum tipo de projeto ligado ao esporte, cultura e lazer.

Programa de caráter pedagógico

Para o programa de caráter pedagógico não houve diferenças, pois todos os *campi* desenvolvem o projeto oferecendo bolsas de monitoria.

Programa de caráter socioeconômico

Neste programa também notamos algumas diferenças. Os *campi* de Ipatinga e de Governador Valadares ofertam as quatro categorias da bolsa permanência, sendo os valores de R\$400,00; R\$300,00; R\$200,00 e R\$150,00. No entanto o *campus* de Ipatinga, além da bolsa permanência oferta também o auxílio uniforme e o kit alimentação. Já o *campus* de São João Evangelista oferece o auxílio moradia e o auxílio alimentação e desenvolve o “Projeto Aprendiz”. Todavia, para a bolsa permanência, o *campus* disponibiliza somente os valores referentes às categorias de número 03 e 04, que são aquelas com valores de R\$200,00 e R\$150,00 respectivamente. Na Tabela 02 podemos visualizar melhor as principais diferenças das ações da PAE desenvolvidas nos *campi*.

Campus	Programas	Projetos/Benefícios	Ações/serviços
Campus São João Evangelista	Programa de caráter universal	Apoio ao estudante com necessidades especiais	Atendimento por intermédio Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (PAPNE), com profissional contratado para este fim.
		Acompanhamento pedagógico	Atendimento extraclasse pelos professores, monitores, pedagogo.

² coletivo é um grupo de pessoas que compartilham ou são motivadas por pelo menos uma questão ou interesse comum, ou trabalham juntas para alcançar um objetivo comum.

		Atenção à saúde	Psicológico, médico, odontológico, nutricional
		Cultura artes esporte e lazer	Formações de comissões, realização de festivais de talentos musical, de dança, festa junina, dia do amor, semana nacional de ciência e tecnologia, dia do estudante, semana da consciência negra, o basquete, futsal, handebol, voleibol, xadrez, capoeira e meeting de atletismo
		Serviço social	Atendimentos e acolhimentos sociais
	Programa de caráter pedagógico	Bolsas monitoria	Bolsas para monitores
	Programa de caráter socioeconômico	Auxílio a inclusão digital	Auxílio digital tipo 02 para custear dados de internet
		Projeto aprendiz	Bolsas no valor de 200,00 por 10 horas semanais
		Alimentação	Unidade de alimentação e nutrição- UAN (03 refeições e café da tarde diariamente)
		Moradia estudantil	Oferta de alojamentos masculinos e feminino
	Governador Valadares	Apoio ao estudante com necessidades especiais	Atendimento por intermédio Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (PAPNE), com profissional contratado para este fim.
		Acompanhamento pedagógico	Atendimento extraclasse pelos professores, monitores, pedagogo.
		Atenção à saúde	Psicológico, profissional de enfermagem
		Cultura artes esporte e lazer	Formações de comissões, realização de festivais de talentos musical, semana nacional de ciência e tecnologia, semana da consciência negra, o basquete, futsal, voleibol.
		Serviço social	Atendimentos e acolhimentos sociais
	Programa de caráter pedagógico	Bolsas monitoria	Bolsas para monitores
	Programa de caráter socioeconômico	Bolsas permanência	São ofertadas as 04 modalidades de bolsa permanência sendo de R\$400,00; R\$300,00;

			R\$200,00 e R\$150,00 respectivamente
Ipatinga	Programa de caráter universal	Apoio ao estudante com necessidades especiais	Atendimento por intermédio Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), com profissional contratado para este fim
		Auxílio a inclusão digital	Repasse financeiro para custear dados de internet
		Serviço social	Atendimentos e acolhimentos sociais
		Cultura artes esporte e lazer	nas comissões de eventos, realização de festivais de talentos musical, semana nacional de ciência e tecnologia, semana da consciência negra, futsal, voleibol, formação de coletivos negro, Maria Quitéria, LGBT.
		Apoio pedagógico	Atendimento extraclasse pelos professores, monitores.
	Programa de caráter pedagógico	Bolsas monitoria	Bolsas para monitores e tutoria conforme necessidade da disciplina, após solicitação docente.
	Programa de caráter socioeconômico	Bolsas permanência	São ofertadas as 04 modalidades de bolsa permanência sendo de R\$400,00; R\$300,00; R\$200,00 e R\$150,00 respectivamente e kit alimentação ofertado como complemento aos alunos que recebem as categorias 1 e 2 da
		Auxílio uniforme	Kit uniforme (02 camisas, 01 bermuda, 01 calça, 01 moletom)

Quadro 03- Programas, projetos de ações da PAE desenvolvidos pelo IFMG nos *campi* de Ipatinga, Governador Valadares e de São João Evangelista.

A assistência prestada pelos profissionais da saúde em todos os *campi* são básicos primários, e os casos clínicos mais complexos são direcionados para as redes municipais de saúde.

O auxílio emergencial digital está previsto na resolução para casos excepcionais. Este auxílio foi criado em 2019 para suprir uma situação excepcional em que se encontrava o Brasil e o mundo em virtude da pandemia da COVID19. Tratou-se de uma ação de emergência para atender os estudantes que não tinham condições de adquirir notebook ou tablet e dados de internet para acompanhar as aulas que foram ministradas de forma online enquanto perdurava o isolamento social. O auxílio foi criado com duas categorias: tipo 1, concedido em valor único de 1.500,00 para a aquisição de notebook ou tablet e o tipo 02, era para a aquisição de dados de internet com parcelas de valor de R\$150,00. Este auxílio ainda está vigente conforme a

resolução, mas de acordo com informações colhidas em 2022, somente os *campi* Ipatinga e São João Evangelista continuam ofertando.

O auxílio uniforme é concedido através de um voucher o qual o estudante retira em local pré-determinado, cada um dos quais equivale, duas camisas, uma bermuda, uma calça e uma moletom. O kit alimentação é um complemento direcionado aos estudantes dos perfis A e B selecionados para receber bolsa permanência. Estes perfis representam os estudantes mais vulneráveis economicamente os quais tem prioridade de receber todos os benefícios da assistência estudantil prevista na normativa. Esses kits são compostos por itens da cesta básica e adquiridos por meio de parceria com a prefeitura local através do banco de alimentos ³No entanto a distribuição destes itens acontece por meio de revezamento em virtude de a quantidade arrecadada não ser suficiente para atender todos os estudantes selecionados. Já o auxílio alimentação é realizado pelo oferecimento de 03 refeições diárias: café da manhã almoço e jantar, além de lanche noturno. O acesso à alimentação é integral e gratuito para os estudantes dos alojamentos e os selecionados com a bolsa alimentação, e os demais pagam um valor simbólico subsidiado pela instituição. Em 2022 o café da manhã era um real (R\$ 1,00) e o almoço e o jantar quatro reais (R\$ 4,00) cada um.

O auxílio moradia é realizado através da concessão de alojamentos estudantis que são disponibilizadas exclusivamente para alunos de até 18 anos dos cursos técnicos integrados e são divididos em masculino e feminino. E o projeto aprendiz é realizado pela diretoria de ensino e com o auxílio financeiro da assistência estudantil. Realiza-se por meio de atividades desenvolvidas pelos estudantes previamente selecionados junto aos setores do *campus* relacionados a sua formação. A remuneração é de duzentos reais (R\$200,00) por uma carga máxima de 40 horas semanais.

Conforme demonstram os dados, os três *campi* possuem estruturas organizacionais e composição das equipes multiprofissionais diferenciadas. Estas diferenças são em virtude da capacidade administrativa e a autonomia que cada *campus* possui para estruturar a PAE, conforme portaria 713 do MEC, de 08 de setembro e o decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Este resultado vai ao encontro dos trabalhos de Cavalcanti (2007), Lotta (2008) e Rua (2014) que apontam para a importância dos processos de implementação de uma política pública nos quais os resultados se dão em virtude da discricionariedade e da interação dos agentes implementadores.

Considerando o número de profissionais que compõem cada equipe, a assistência prestada aos estudantes pode apresentar fragilidades. Mesmo o *campus* de São João Evangelista contando com uma estrutura bem definida e equipe bem completa, o número de servidores ainda é insuficiente pela quantidade de estudantes atendidos, conforme aponta a coordenação. Estes dados mostram que a disponibilidade de uma equipe a que possamos chamar de minimamente ideal, pelos menos à primeira vista, é importante para que os direitos dos estudantes de permanecerem e concluem com êxito o curso pretendido fiquem protegidos. Cury (2002) defende os marcos legais das políticas públicas para garantir sua efetivação e não ser alvo de retrocessos. E é nesta perspectiva que o Plano Nacional da Assistência Estudantil - Pnaes defende que a assistência prestada aos estudantes deve ser sempre aliada aos preceitos legais que garantem a todos o ensino público, gratuito e de qualidade, conforme a CF/88.

A assistência estudantil assume hoje papel indispensável no combate às desigualdades sociais, portanto ela não pode ser realizada através de ações fragmentadas. Demo (2000) chama atenção para a importância da observância da defesa dos direitos nas políticas sociais, pois se

³ Realizado pela parceria público privado o banco de alimento é gerenciado pela prefeitura da cidade, na qual se responsabiliza pela coleta, separação e distribuição de alimentos para famílias e indivíduos em situação de insegurança alimentar da cidade. Proporciona à sociedade espaços para conhecimento de utilização integral dos alimentos para o combate à fome e a desnutrição.

mal feita pode prejudicar a cidadania popular transformando-a em clientelismo. A ausência de profissionais, principalmente da área da saúde, como apontou esta pesquisa, pode comprometer a assistência aos estudantes, visto que as pesquisas atuais apontam o grande adoecimento mental dos estudantes, principalmente depois da COVID19, pandemia que assolou o país e o mundo nos anos de 2019 a 2021. A carência socioeconômica agrava ainda mais estes aspectos, pois para muitos estudantes, a ausência destes benefícios e ou serviços pode reduzir ou impedir o acesso universal ao ensino público, gratuito e de qualidade articulado ao processo de permanência. Pacheco e Ristoff (2004), ao fazer um balanço do ensino superior no Brasil, revela que 25% dos potenciais alunos universitários são tão carentes que não têm condições de entrar no ensino superior, mesmo se ele for gratuito. Demo (2000) ressalta ainda que a assistência estudantil sozinha não é capaz de resolver todos os problemas, entretanto, ela deve ser articulada com outras políticas para garantir a emancipação do estudante. Por isso se faz necessário unir todos estes pressupostos para que a assistência estudantil implementada no IFMG possa garantir o êxito dos seus estudantes.

5.1.3 O Programa de assistência Estudantil e a Gestão.

Os resultados apresentados neste bloco se referem à atuação dos servidores responsáveis pela execução da PAE. E são acerca do planejamento, acompanhamento e avaliação da assistência estudantil. As informações demonstram como estão organizados os processos para viabilização desta política e as percepções dos participantes sobre esta execução.

A PAE implementada no IFMG orienta que devem ser realizadas avaliações e/ou pesquisas para subsidiar o planejamento e a execução das ações da assistência estudantil. Os itens 2 e 4 do art. 51. dizem que devem ser definidos e sistematizados os processos de acompanhamentos dos estudantes juntamente com os *campi* e avaliados e validados anualmente os planos de trabalhos das ações que serão realizadas pelos *campi*”. O item 7 do art. 53 orienta os *campi* a realizarem anualmente encontros para avaliação da assistência estudantil juntamente com a equipe multiprofissional. Já o item 02 do art. 54 diz que os *campi* deverão realizar acompanhamento periódico da execução da Política de Assistência Estudantil- PAE.

Planejamento

Para o planejamento ou plano de trabalho anual que os *campi* devem realizar, os dados mostraram que cada *campus* realiza seu planejamento de maneiras distintas: no Sistema de Planejamento Participativo -SISPLAN; com a participação dos profissionais ligados a PAE e dos *campi*, o coordenador não tem conhecimento de que forma é realizado este planejamento por esta recente no cargo.

Todos os *campi* afirmam que há uma boa interlocução entre os profissionais, realizando trabalhos em conjunto e interagindo através de encontros, reuniões, grupos de *WhatsApp* e e-mails institucionais. No entanto, em um deles não há uma contínua interlocução/interação com a DIRAE ou com o setor de assistência estudantil na reitoria e ainda ressaltou este entrosamento como uma necessidade para que os processos e as ações realizados em todos os *campi* do IFMG sejam padronizados.

Acompanhamento

Quanto ao acompanhamento dos estudantes assistidos pelos benefícios, todos os *campi* relatam realizar os acompanhamentos, principalmente através da verificação da frequência e do número de disciplinas cursadas através da plataforma educacional ‘CONECTA’ cumprindo a exigência estabelecida na normativa para os benefícios de caráter socioeconômico. Ocorrem

também o acompanhamento através das reuniões dos conselhos de classes ⁴ e reuniões ou encontros de pais e mestres. E em casos muito específicos, são realizadas visitas domiciliares devido a falta de tempo em função da insuficiência de recursos humanos. Um dos *campi* apresenta também outras formas de acompanhamentos dos estudantes, que é através do dia D. Data reservada ao atendimento para toda sociedade acadêmica e pais, e pelos grupos de WhatsApp formados por estudantes e seus respectivos responsáveis de cada turma para orientação, principalmente nas inscrições dos processos seletivos. Quanto os acompanhemos realizados através da frequência dos estudantes, os dados apontaram uma fragilidade deste processo, devido divergências de informações entre o conecta e as informações prestadas pelos os mesmos.

No que diz respeito ao mapeamento da situação socioeconômica dos estudantes, nos três *campi* acontecem predominantemente através das informações contidas nos formulários de matrículas, Sistema de Seleção da Assistência Estudantil- SSAE. O mapeamento é um balizador para identificar os perfis de vulnerabilidade socioeconômico dos estudantes para os processos de seleção dos benefícios de caráter socioeconômico da PAE no IFMG.

Avaliação

Quanto às avaliações dos programas, projetos e ações da PAE nos *campi*, os dados revelam que para um dos *campi* esta avaliação é realizada anualmente por uma comissão própria, no outro, esta avaliação não acontece e no outro, não foi relatado conhecimento sobre o assunto.

Avaliando os apontamentos dos coordenadores ou responsáveis pela assistência estudantil nos *campi*, as informações demonstram que o plano de trabalho ou planejamento das ações da PAE nos *campi* pesquisados ocorrem de maneira distintas, não tendo um direcionamento de como eles devem ser realizados. Os acompanhamentos são realizados por meio de diversas ações, porém as visitas domiciliares apontadas como importante ferramenta para acompanhar mais de perto os estudantes, apresentam fraquezas pela insuficiência de profissionais aliada ao descompasso da frequência dos estudantes. Rocha (2008) ao fazer uma análise da implementação da PAE no IFMG *campus* São João Evangelista notou pontos a serem otimizados para melhorar a qualidade dos serviços prestados, entre eles, o planejamento e o acompanhamento dos estudantes.

Para as avaliações que devem ser realizadas para subsidiar o planejamento da PAE, as informações dos *campi* divergem, porém conforme documentos institucionais a avaliação ocorre por uma Comissão Própria de Avaliação - CPA abordando também outras dimensões. No que se refere aos desafios dos estudantes para acessarem os benefícios da PAE, percebe-se a necessidade de maiores esclarecimentos e acompanhamento quanto aos documentos solicitados para os processos de seleção e operacionalização do sistema de envio destes documentos. Para Lotta (2008), as políticas públicas são flexíveis e aptas a se adaptarem a possíveis eventos e alterações, e são esses fatores que levam aos diferentes resultados possíveis. Rua (2014) afirma que o monitoramento de uma política pública serve para subsidiar as decisões dos gestores da política quanto aos ajustes necessários para que os resultados esperados sejam obtidos. E Najberg e Barbosa (2006) vem completar que a implementação constitui uma importante fonte de experiência com que os gestores podem contar para testar e aprimorar suas ações. Os autores defendem que a implementação de uma política pública é um processo contínuo que desenvolve e se modifica em cada fase. Nesta perspectiva, os processos que viabilizam a PAE no IFMG

⁴ Conselho de classe: uma discussão coletiva onde são apontadas as dificuldades dos alunos, professores e instituição de ensino na busca por melhorias no ensino aprendizagem.

devem estar constantemente sendo monitoramentos para possibilitar uma melhor execução dos mesmos.

5.2 Os atores e a execução da Política de Assistência Estudantil no IFMG.

As informações apresentadas sobre a PAE inseridas nos questionários pelas equipes multiprofissionais referem-se aos *campi* de São João Evangelista e Governador Valadares, pois o campus de Ipatinga não conta com uma equipe para esta política, mas somente com uma assistente social, a qual respondeu à entrevista, e o pedagogo, que se encontrava afastado de suas funções.

Os dados sobre os aspectos operacionais da PAE serão apresentados considerando as três etapas analisadas nas entrevistas - planejamento, acompanhamento e avaliação e também os desafios encontrados pelos estudantes para acessarem os benefícios e a participação dos mesmos nos processos decisórios das ações da assistência estudantil e, por fim, os desafios que a equipes multiprofissionais encontram na execução desta política.

Nos gráficos 1 e 2 podemos perceber que a grande maioria dos profissionais que compõem as equipes da PAE que responderam à pesquisa, não souberam informar como são realizados o planejamento anual para as ações da assistência estudantil, tanto no âmbito institucional quanto nos *campi*, coincidindo com o percentual de 80% nos dois casos.

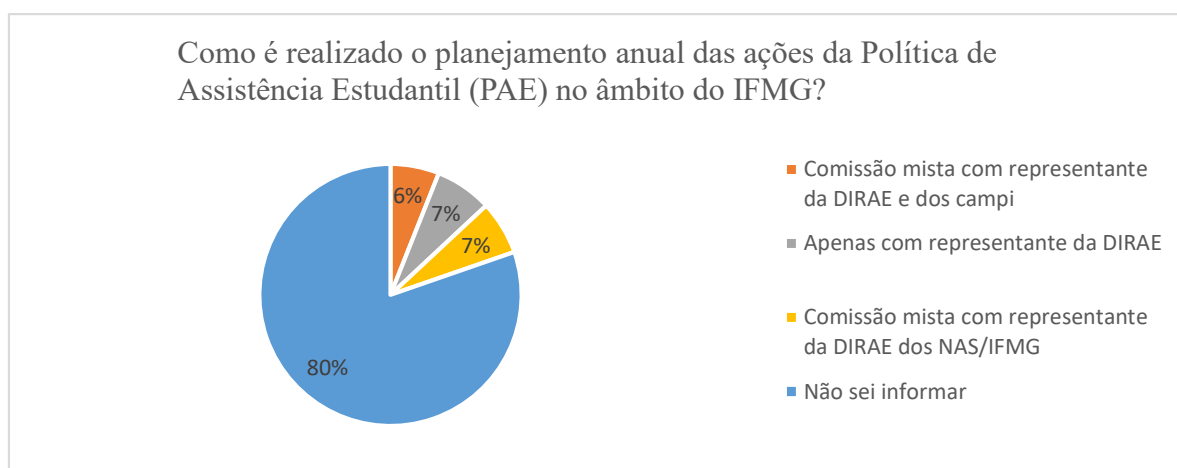


Gráfico 1- Nível de conhecimento das equipes multiprofissionais quanto ao planejamento das ações da PAE do IFMG, nos campi de Governador Valadares e de São João Evangelista, 2022.

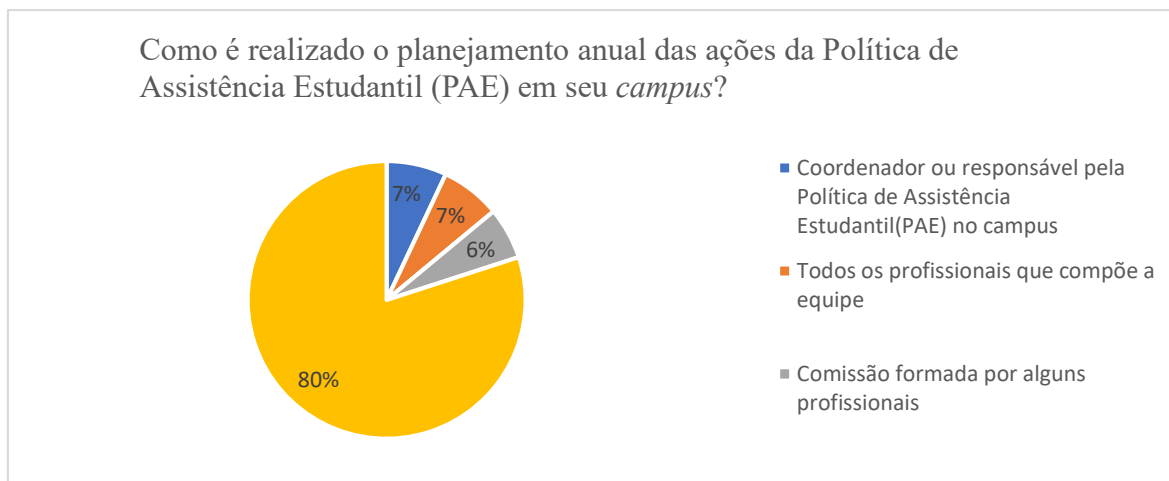


Gráfico 2- Nível de conhecimento das equipes multiprofissionais quanto ao planejamento das ações da PAE nos *campi* de Governador Valadares e São João Evangelista, 2022.

Para o processo de acompanhamento contínuo aos estudantes contemplados com os benefícios da PAE, o **gráfico 03** apresenta um número expressivo de profissionais que confirmaram a existência destas ações, no entanto, ainda há uma porcentagem considerável que desconhece. Para os que confirmaram que realizam acompanhamentos contínuos aos estudantes, as respostas predominantes foram, através da verificação da frequência e do número de disciplinas, através das reuniões dos conselhos de classes e reuniões ou encontros de pais e mestres são as formas mais citadas coincidindo com as respostas dos coordenadores ou responsáveis pela assistência estudantil. Já o **gráfico -04** apresenta o grau de conhecimento dos profissionais no que se refere à existência de uma metodologia que orienta os profissionais nos processos de acompanhamentos dos estudantes. A primeira percepção é que somente 66,7% dos participantes responderam esta questão. Do total de respondentes, 50% afirmaram que não existe acompanhamento dos estudantes ou não souberam informar. Consideramos, portanto, que mais de 50% de todos os participantes desconhecem esta informação.

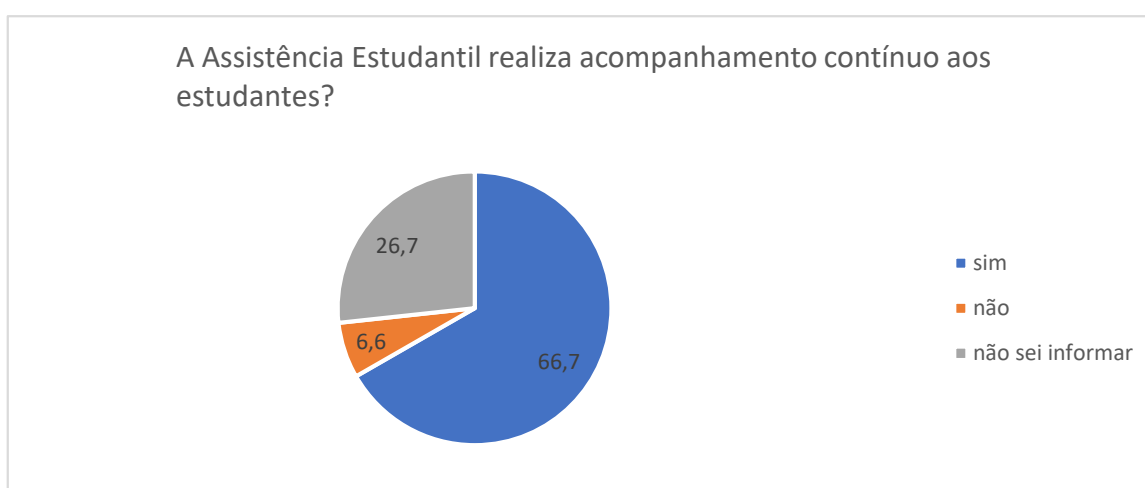


Gráfico 03- Nível de conhecimento das equipes multiprofissionais quanto ao acompanhamento dos estudantes beneficiados por algum benefício/serviço da PAE nos *campi* de Governador Valadares e São João Evangelista, 2022.

Existe uma metodologia que orienta estes profissionais no acompanhamento aos estudantes?

10 respostas

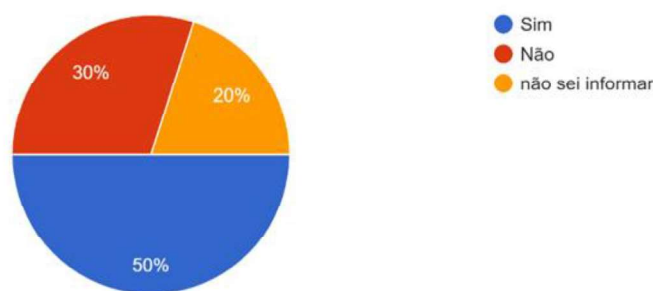
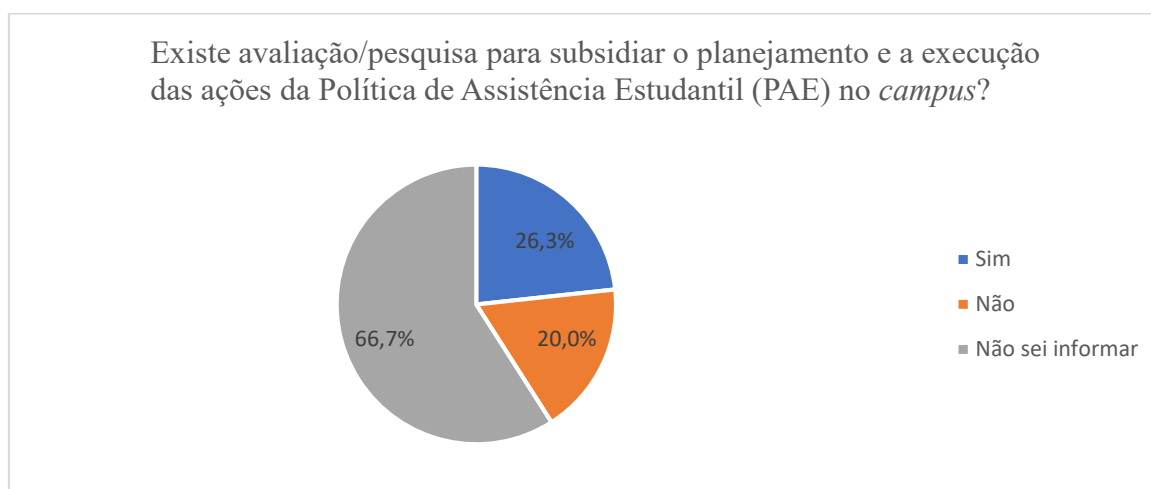


Gráfico 04- Nível de conhecimento das equipes multiprofissionais sobre a existência de uma metodologia que orienta os profissionais nos acompanhamentos dos estudantes nos *campi* de Governador Valadares e São João Evangelista, 2022.

Para as questões relacionadas às avaliações que devem ser realizadas para subsidiar o planejamento da PAE nos *campi*, o **gráfico 05** mostra que metade dos profissionais têm conhecimento da realização de avaliações, porém desconhece a frequência e mecanismos utilizados.



Gráficos 05 - Nível de conhecimento das equipes multiprofissionais quanto ao processo de avaliação dos benefícios da PAE do IFMG nos *campi* de Governador Valadares e São João Evangelista, 2022.

No **gráfico 06** é possível observar novamente que o índice dos profissionais que não têm informação sobre aspectos relacionados à execução da assistência estudantil é maior que aqueles que têm conhecimento e participam destes processos. Ao somarmos os percentuais dos que não interagem com o percentual daqueles que não souberam informar, podemos concluir que mais de 50% dos participantes desta pesquisa não participam de nenhuma interação para discutir as ações para viabilização da assistência estudantil.

Existe uma interlocução/acompanhamento entre coordenação ou responsável e os profissionais da equipe multidisciplinar para discutir as demandas ...a de Assistência Estudantil (PAE) no seu campus?

15 respostas

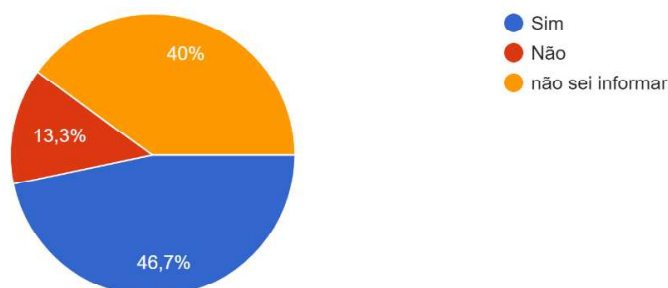
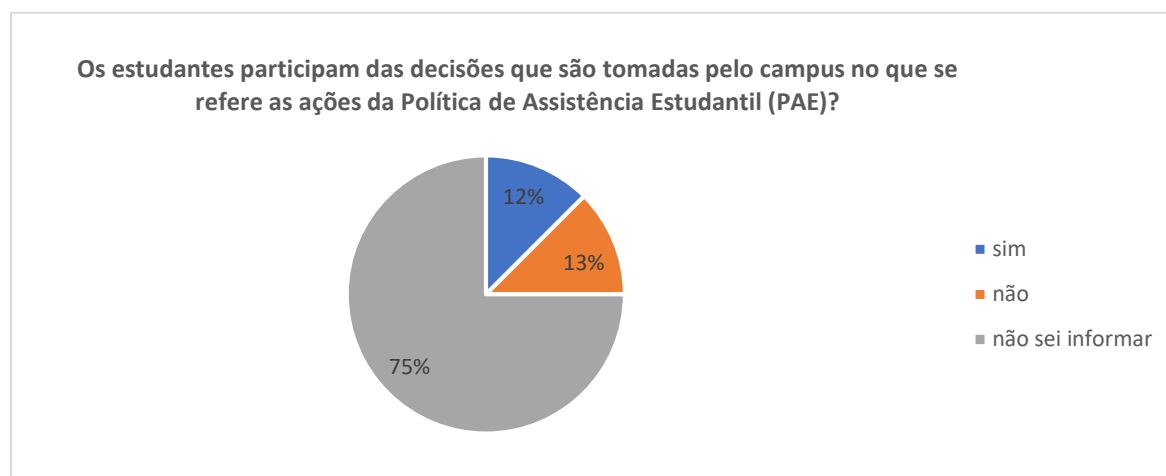


Gráfico 06- Nível de conhecimento quanto ao grau de interação entre coordenadores e equipe multiprofissional da PAE do IFMG nos *campi* de Governador Valadares e São João Evangelista, 2022.

Os gráficos 7 e 8 dizem respeito à participação dos estudantes nos processos decisórios da PAE. Sobre este assunto o nível de desconhecimento das equipes multiprofissionais também permanece alto, porém em um dos campi conseguiu atingir o percentual de 75%, conforme nos mostra o **gráfico 07**. Perguntamos também quais os maiores desafios que os estudantes enfrentam para acessarem às ações da Política de Assistência Estudantil (PAE) nos *campi*. Conforme a análise das respostas, foi possível perceber que a desinformação dos estudantes é a maior causa da inacessibilidade aos benefícios, aliada à insuficiência financeira da assistência estudantil para ofertar mais e melhores benefícios.



Gráficos 07- Nível de conhecimento das equipes multiprofissionais quanto ao grau de participação dos estudantes nos processos decisórios das ações da PAE no IFMG *campus* Governador Valadares, 2022.

Os estudantes participam das decisões que são tomadas pelo *campus* no que se refere as ações da Política de Assistência Estudantil (PAE)?



Gráficos 08- Nível de conhecimento das equipes multiprofissionais quanto ao grau de participação dos estudantes nos processos decisórios das ações da PAE no IFMG *campus* São Joao Evangelista, 2022.

Considerando os dados trazidos pelo questionário, foi possível perceber que existe um desconhecimento da maioria dos profissionais que participaram desta pesquisa, no que se refere aos processos de execução da assistência estudantil, mesmo que a resolução oriente que deva haver uma articulação entre os setores e atores comprometidos com a exequibilidade desta política e a participação dos estudantes nos processos decisórios. Para a realização dos acompanhamentos, foi possível perceber que os acompanhamentos aos estudantes são realizados mesmo com as fragilidades apontadas pela falta de interação entre os profissionais que compõem as equipes ou pela insuficiência dos mesmos. Porém, não foi possível perceber se existem padrões ou métodos que possam orientar estes profissionais para realizarem estas ações por falta de informação.

No que se refere ao processo de avaliação das ações da assistência estudantil e considerando o que foi exposto anteriormente, existem relatórios publicados nos *sites* dos *campi* pesquisados em que mostram que houve, nos anos anteriores, realização de avaliação de aspectos relacionados à PAE sendo realizadas por uma Comissão Própria de Avaliação-CPA prevista em resolução, no entanto estas avaliações abordam diferentes dimensões do universo acadêmico, não sendo, portanto, específica da PAE.

Também foi possível perceber que alguns estudantes ainda não acessam os benefícios desta política por falta de informação. Para Deubel (2006), política pública é uma construção social e as instituições devem orientar o comportamento dos atores individuais ou grupos para mudar uma situação insatisfatória e que é através dela que as fragilidades podem ser identificadas.

Rua (2014) ressalta que a implementação de uma política pública deve ser sob uma perspectiva interativa e não é um processo acabado, mas de um contínuo movimento de interação entre uma política em mudança, uma estrutura de relações de grande complexidade e dotada de uma dinâmica cada vez mais acelerada.

Estes autores vêm chamar a atenção para a necessidade de participação de todos os envolvidos para que a política social possa atingir seu objetivo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a Política de Assistência Estudantil e execução da assistência estudantil no IFMG a partir das regras estabelecidas na resolução 09, de 03 de julho de 2020 e das informações coletadas nos *campi* de Ipatinga, Governador Valadares e São João Evangelista sob a perspectiva dos coordenadores ou responsável pela assistência estudantil de cada *campus* e dos profissionais que fazem parte da equipe multiprofissional da Política de Assistência Estudantil- PAE e que prestam algum tipo de assistência aos estudantes.

Tendo em vista que a PAE implementada no IFMG realiza-se numa perspectiva de educação como direito e compromisso com a formação integral do sujeito visando a redução das desigualdades socioeconômicas, esta pesquisa demonstrou que tanto nas estruturas técnico-organizacionais quanto na viabilização esta política apresentou algumas fragilidades.

O estudo levou-nos a concluir que a PAE, na organização atual, principalmente nos *campi* de menor capacidade administrativa apresenta limitações para atender a diversidade e a complexidade que esta política apresenta, a começar pela ausência de profissionais para compor uma equipe mínima de atendimento. Como apontou os dados, a insuficiência de recursos humanos é uma realidade de todos os *campi*, mas pudemos perceber que o *campus* de Ipatinga apresentou uma dificuldade ainda maior ao contar com apenas dois profissionais para viabilizar esta política. A ausência ou insuficiência de profissionais demonstrou uma fragilização, principalmente, nos serviços de saúde e nos acompanhamentos dos estudantes, beneficiados com algum tipo de auxílio ou serviço oferecido pela PAE. A ausência de uma estrutura organizacional bem definida que concentre todos os processos para a viabilização e a execução dos processos da PAE também é outro ponto delicado, quando os dados mostraram que grande parte dos profissionais que participaram desta pesquisa têm um elevado grau de desconhecimento desta política. A pesquisa evidenciou também a necessidade de maior interação entre os setores responsáveis para dialogar, refletir, planejar os programas, projetos, ações e os serviços com o envolvimento todos os atores que participam dos processos de viabilização e execução pela PAE.

Quanto a avaliação desta política, também foi possível perceber que há necessidade de repensar a forma como está sendo realizada, pois foi salientado a necessidade de avaliação, mesmo ela já sendo realizada. Esta pesquisa apontou também que ainda há estudantes com dificuldades ou não acessam os serviços ou benefícios da PAE por falta de informações. E por fim, não foi possível concluir se existe uma efetiva participação dos estudantes nos processos decisórios da PAE nos *campi* por falta de informação.

E assim, como pesquisadora e parte integrante deste ambiente considero necessário uma reflexão e avaliação dos processos de execução da PAE no IFMG, não tomando somente estas informações, mas criar outros mecanismos que possam subsidiar tanto o planejamento quanto a execução desta política. Pois, os dados desta pesquisa apontaram que a efetividade das ações e/ou dos serviços ofertados pela PAE não é resultado somente do quantitativo e disponibilidade de cada profissional, como também pela organização e a forma que eles são desenvolvidos. O Decreto nº 7.234/2010 estabelece que a assistência estudantil deva viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho de forma preventiva e assegure aos estudantes meios necessários para o pleno desenvolvimento acadêmico e social.

Fortalecer institucionalmente e reconhecer a importância desta política para os processos de inclusão social e buscar meios de superar as fraquezas estruturais apresentadas e garantir condições mais adequadas para o desenvolvimento desta política. A criação de uma estrutura organizacional mínima em que todos os profissionais, mesmo estando ligados a outros setores, estejam articulados e tomem conhecimento que esta política é desenvolvida por três

programas envolvendo o pedagógico, o social, a saúde e o econômico. E ainda, construir uma política de assistência estudantil que seja integrativa com o envolvimento de todos os atores que fazem parte desta política. Fortalecer as discussões e abrir para o diálogo para que a participação dos estudantes nos processos de decisão das ações da assistência estudantil seja de forma efetiva, mostrando a necessidade desta participação para a real eficácia do programa.

Faz-se necessário também pensar ações que não deixem nenhum estudante sem acesso a qualquer dos benefícios ou serviços oferecidos por esta política por falta de informação.

Por fim, que os estudantes possam encontrar na PAE do IFMG a garantia de que o preceito constitucional que estabelece a educação como direito subjetivo possa garantir a permanência e o êxito dos seus estudantes.

7 REFERÊNCIAS

ANDIFES, 2004. **II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior**. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/II-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES.pdf>. Acesso em 28 out 2021.

ANDIFES, 2007. **Plano Nacional da Assistência Estudantil 2007/2008**. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf. Acesso em 25 de out. 2021.

ANDIFES. 2018. **V Relatório do perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) da IFES- 2018**. Disponível em: <file:///C:/Users/rosan/Downloads/Clique-aqui-para-acessar-o-arquivo-completo.-1.pdf>. Acessado em 18/10/2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4ª ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 6 out. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 6 out. 2021.

Brasil. **Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI do IFMG**. Disponível: <https://www.ifmg.edu.br/portal/downloads/pdi-2019.pdf>. Acessado em 18 out. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em 17 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 03 fev. 2021

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **O Plano Nacional de Educação (PNE)**. Determina Diretrizes, Metas e Estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Brasília, DF. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br>. Acesso em de jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria Normativa nº 39 de 12 de setembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF. MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em 10 jan. de 2021.

BRASIL. 2007. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007a. BRASIL. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Brasília: IBGE, 2007b. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acessado em 15 set. 2021

BRASIL. **Síntese de Indicadores Sociais 2008**. Brasília: IBGE, 2008. Acessado em 12 de julho de 2021. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. acesso em 17 de ago. 2021.

BRASIL. **Síntese de Indicadores Sociais 2010**. Brasília: IBGE, 2010. https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/documentos-1/SintIndicadoresSociais_2010_Embargo.pdf. Acessado em 10 de setembro de 2021.

CAVALCANTI, P. A. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional**. Campinas/SP: Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, 2007.

CANAVEZ, L.L e DONADELI, P. H. M (2006) **A Gratuidade do Ensino Superior na Universidades Públicas e a Tutela do Direito ao Acesso à Educação Superior**. Disponível em: www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/iisippedes2016/05.pdf. Acesso em 08 de abr. de 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/x6g8nsWJ4MSk6K58885J3jd/?format=pdf&lang=pt>

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação Básica como Direito**. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/QBBB9RrmKBx7MngxzBfWgcF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 set. 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação Básica no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 168-200. Disponível em

https://www.scielo.br/j/es/a/Hj6wG6H4g8q4LLXBcnxRcxD/?lang=pt_ Acesso em 13 de out. de 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil; CUNHA, Célio (2015). **MANIFESTO EDUCADOR: OS PIONEIROS 80 ANOS DEPOIS**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. vol.96.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ideologia e Educação Brasileira: Católicos e liberais. 2ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984. (Coleção Educação Contemporânea). 201 p.'

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação nas Constituições Brasileiras**. In: *História e memórias da educação no Brasil* - Vol. III - Século XX. Maria Stephanou e Maria Helena Câmara Bastos (orgs.). Petrópolis: Vozes, 2005, 440 pp.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Tradução de José Carlos Eufrásio. São Paulo: Cortez, 1998.

DEMO, Pedro. Educação pelo avesso: assistência como um direito e como um problema. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA JUNIOR, A (2010). **A História da Educação Brasileira: da Colônia ao séc. XX**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5618173/mod_resource/content/1/Ferreira%20Jr.%20C%20AmarilioHist%C3%B3ria%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira_%20UAB-UFSCAR.pdf. Acesso em 15 fev. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 46 abr. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

FONAPRACE, 2010—Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Pesquisa realizada em 2010 para traçar o perfil dos estudantes universitários Federais**. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf. Acesso em 15 de fev. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007 1129. Disponível em Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br>.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Carvalho, Raul de: **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**, 10. ed. São Paulo: Cortez. Lima, Peru: CELATS. 1995. p, 292.

IBGE, 2021. Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2014.pdf. Acessado em 24/09/2021.

IFMG, 2016. Boletim de Serviço. **Portaria nº 910 de 09 de agosto de 2016**. Dispõe sobre a regionalização das atividades administrativas do IFMG. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/comunicacao/boletim-de-servico-da-reitoria/boletim-de-servico-da-reitoria-2016/boletim-de-servicos-89-agosto-2016.pdf>. Acesso em 16 de set. 2021.

IFMG, 2019. Resolução nº de 30 de abril de 2019. **Relatório de Gestão do Exercício de 2018**. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/sobre-o-ifmg/conselho-superior/resolucoes/2019>. Acesso em 14 de nov. 2021.

IFMG, 2020. Resolução nº 09 de 03 de julho de 2020. **Dispõe sobre a Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFMG**. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/dirae-1/assistencia-estudantil/regulamentos>. Acesso em 15 de out. 2021.

IFMG, 2020. Instrução Normativa nº 01 de 08 de julho de 2020. **Regulamenta a concessão de Auxílio de Inclusão Digital Emergencial, em razão da pandemia causada pela COVID-19**. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/dirae-1/assistencia-estudantil/editais/2020/InstruoNormativaAuxliodeInclusoDigitalEmergencial.pdf>. Acesso em 15 de out. 2021.

IFMG, 2021. **O que é o IFMG**. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/sobre-o-ifmg/o-que-e-o-ifmg>. Acesso em 28 out 2021.

IFMG, 2021. **Histórico**. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/governadorvaladares/institucional/historico>. Acesso em 28 out 2021.

IFMG, 2021. **RESOLUÇÃO Nº 3 DE 12 DE MARÇO DE 2021** Dispõe sobre a revogação a Regulamentação da Comissão Própria de Avaliação - CPA do IFMG. Acesso em 15 de mar 2023. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/sobre-o-ifmg/conselho-superior/resolucoes/202>.

LEI, Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes de base da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

LOTTA, G. S. (2008) **Agentes de implementação: um olhar para as políticas públicas**. 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, n. 6, p. 1–23, 2008.

MEC, 2021. Portaria n. 713 de 08 de setembro de 2021. **Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define** parâmetros e normas para a sua expansão. Disponível <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-713-de-8-de-setembro-de-2021-343837861>. Acesso em 15 de out. 2021.

MEC, 2022. Balanço Social-Sesu-2003-2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em 17 de jan. 2022.

NAJBERG, E.; BARBOSA, N. G. (2006). Abordagens sobre o processo de implementação de políticas públicas. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ENAPG276.pdf>. Acesso em 17 de set. 2021.

OEI – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS. **Metas 2021: a educação que queremos para a geração dos bicentenários**. Brasília: OEI, 2009. de 2021. Disponível <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acessado em 25 de abril.

OLIVEIRA, L. M.V; CARDOSO, S.S (2021). **Racionalidade neoliberal e ensino médio: por onde trilhar o equilíbrio difícil para pensar o currículo?** Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/111078/61508.pdf>. Acesso em 15 mar de 2021.

PACHECO, E.; RISTOFF, D. I. Educação Superior: democratizando o acesso. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2004. Acessado em 17 de maio de 2019.

Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2001: **Lutas contra a pobreza**. Washington, D. C., 2001. Disponível em: https://www.academia.edu/30627048/Relatorio_sobre_o_Desenvolvimento_mundial_2000_2001_luta_contra_a_pobreza Acesso em 12 set; 2021.

RUA, M.G (2014). **Especialização em gestão pública municipal. Políticas Públicas**. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401260/1/PNAP%20-%20Modulo%20Basico%20-%20GPM%20-%20Políticas%20Publicas%20-%203ed%202014%20-%20GRAFICA%20atualizado.pdf>. Acesso em 15 out. 2021.

ROTH DEUBEL, A.-N. **Políticas públicas - formulación, implementación y evaluación**. 60 Bogotá: Ediciones Aurora, 2002.

Santos, Milena S237. **Estado, política social e controle do capital**. Milena Santos. — 1. ed. — Maceió Coletivo Veredas, 2016.

VASCONCELOS, N.B (2010): **Programa Nacional de assistência estudantil**: Uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no brasil. Ensino em-revista, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul./dez.2010. acessado em 13 de jul. 2021.

SETEC, 2010. **Um Novo Modelo Em Educação Profissional E Tecnológica: Concepções e Diretrizes** Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-ifconcepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em 13 nov. 2021.

TAVARES, M. G (2012) **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: As Etapas Históricas da Educação Profissional no Brasil**. IX Seminários de Pesquisa em Educação da região Sul-ANPED SUL. Disponível em:
<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>. Acesso em 17 de ago. 2021.

8 ANEXOS

8.1 ANEXO I A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada Assistência estudantil: uma análise da sua execução no Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG, desenvolvida por Rosana Dias Fernandes, servidora do IFMG lotada no campus de Governador Valadares e mestranda do programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, da Universidade Rural do Rio de Janeiro-PPGEA, sob orientação Prof.^a Dr.^a Luciene de Fátima Rocinholi.

O objetivo do estudo é analisar a execução da Política de Assistência Estudantil- PAE no âmbito do Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG, nos campi de Governador Valadares, São João Evangelista e Ipatinga.

Sua participação é voluntária, isto é, você não é obrigada/o a participar, e mesmo aceitando fazer parte do estudo, poderá desistir e retirar o seu consentimento a qualquer momento. Sua recusa em participar do estudo não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com o IFMG.

Você responderá um questionário com 24 perguntas sobre a política de Assistência Estudantil que levará em média 10 minutos. Através deste documento você receberá todos os esclarecimentos necessários para a participação nesta pesquisa e os contatos de telefone e e-mails da pesquisadora e da orientadora pelos quais você poderá entrar em contato a qualquer momento para sanar dúvidas decorrentes desta pesquisa. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética, que aprovou a realização da pesquisa. Todas essas informações constam no final deste documento.

Todas as informações que você fornecer serão mantidas em sigilo e utilizadas apenas para a pesquisa. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial. Nenhuma outra pessoa ou profissional terá acesso a suas informações, somente os pesquisadores que trabalham para esta pesquisa. Quando divulgarmos os resultados deste trabalho, seu nome em momento algum irá aparecer, bem como qualquer outra informação fornecida.

Ao participar desta pesquisa você está contribuindo para a construção do conhecimento sobre a Política de Assistência Estudantil, auxiliando que sua aplicação alcance as reais necessidades dos estudantes, além de contribuir direta ou indiretamente de forma relevante para a inclusão social dos estudantes, por meio de ações de melhorias que poderão ocorrer na execução da Política de Assistência Estudantil após esta pesquisa.

Você não terá quaisquer custos ou compensações financeiras, ou seja, não haverá despesas pessoais e não haverá cobranças pela participação.

Os possíveis riscos advindos da participação nesta pesquisa são mínimos, como provocar algum nível de cansaço ou desconforto em responder as perguntas. Para minimizar estes possíveis os riscos e/ou desconfortos elencados você poderá pela pesquisadora uma postura acolhedora e ouvinte e você poderá escolher o melhor dia e horário para responder as perguntas. Caso algum dos participantes se sinta mal durante a realização da pesquisa, este será encaminhado ao setor de psicologia do campus. Além disso, o participante que se sentir desconfortável em responder alguma pergunta, está poderá não ser respondida sem causar nenhum prejuízo a pesquisa. Também poderá entrar em contato com a orientadora, através dos meios de contato explicitados neste termo, para que possamos prestar escuta e assistência diante do desconforto sentido.

Além do exposto, se o participante sentir prejudicado diante de eventuais danos decorrentes de sua participação na pesquisa terá o direito de solicitar indenização pelas vias legais, e os mesmos serão ressarcidos integralmente por meio de depósito bancário em nome do prejudicado.

Os resultados deste estudo serão apresentados publicamente através da dissertação e artigos científicos e serão encaminhados aos participantes através do envio das cópias por meio eletrônico.

Os dados coletados ficarão sob responsabilidade da pesquisadora em arquivo criptografados e armazenados em HD externo em sua residência, localizada na rua Flamboyant, 103 bairro Cidade Nova, em Governador Valadares- Cep 35063-015, ficarão guardados por um período de 05 anos e após este período todo material será inutilizado.

Ao assinar este documento, você declara que compreendeu tudo o que foi informado sobre a sua participação no mencionado projeto, dando assim o seu consentimento.

Eu, _____, concordo em participar deste estudo estando totalmente esclarecido(a) quanto aos objetivos, riscos e benefícios desta pesquisa uma vez que eu tive em mãos este documento e a oportunidade de lê-lo antes de assinar. Declaro que minha participação é de livre e espontânea vontade, ou seja, não fui pressionado(a) por ninguém para participar desta pesquisa. Tenho a liberdade de continuar ou recusar em qualquer momento sem prejuízo ou penalidade.

Governador Valadares, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Eu, Rosana Dias Fernandes, declaro que forneci, de forma apropriada, todas as informações referentes à pesquisa.

Governador Valadares, _____ de _____ de _____.

Assinatura da Pesquisadora

CONTATOS

Pesquisadora Responsável: Rosana Dias Fernandes

Telefone: (33) 9 99501753 e e-mail: rosana.dias@ifmg.edu.br

Endereço: Rua Flamboyant, 103- Cidade Nova- Governador Valadares/MG.

Governador Valadares/MG CEP: 35.063-015

Orientadora Prof. Dra. Luciene de Fátima Rocinholi

Telefone: (21) 97621-4349 e E-mail: lurocinholi@gmail.com

Comitê de Ética e Pesquisa - Universidade Vale do Rio Doce/ Fundação Percival Farquhar-FPF.

Endereço: Rua Israel Pinheiro, 2000, BLOCO - B4, Salas 01 e 06 Bairro: Universitário CEP: 35.020-220 - UF: MG - Município: Governador Valadares Telefone: (33)3279-5575

E-mail: cep@univale.br

8.2 ANEXO I B- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada Assistência estudantil: uma análise da sua execução no Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG, desenvolvida por Rosana Dias Fernandes, servidora do IFMG lotada no campus de Governador Valadares e mestranda do programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, da Universidade Rural do Rio de Janeiro-PPGEA, sob orientação Prof.^a Dr^a. Luciene de Fátima Rocinholi.

O objetivo do estudo é analisar a execução da Política de Assistência Estudantil- PAE no âmbito do Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG, nos campi de Governador Valadares, São João Evangelista e Ipatinga.

Sua participação é voluntária, isto é, você não é obrigada/o a participar, e mesmo aceitando fazer parte do estudo, poderá desistir e retirar o seu consentimento a qualquer momento. Sua recusa em participar do estudo não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com o IFMG.

Sua participação na pesquisa consistirá na concessão de uma entrevista contendo 13 perguntas sobre a execução da Política de Assistência Estudantil. Ela será gravada e posteriormente transcrita e o tempo médio será de 30 minutos, podendo estender de acordo com suas respostas. Através deste documento você receberá todos os esclarecimentos necessários para a participação nesta pesquisa e os contatos de telefone e e-mails da pesquisadora e da orientadora pelos quais você poderá entrar em contato a qualquer momento para sanar dúvidas decorrentes desta pesquisa. Poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética, que aprovou a realização da pesquisa. Todas essas informações constam no final deste documento.

Todas as informações que você fornecer serão mantidas em sigilo e utilizadas apenas para a pesquisa. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial. Nenhuma outra pessoa ou profissional terá acesso a suas informações, somente os pesquisadores que trabalham para esta pesquisa. Quando divulgarmos os resultados deste trabalho, seu nome em momento algum irá aparecer, bem como qualquer outra informação fornecida.

Ao participar desta pesquisa você está contribuindo para a construção do conhecimento sobre a Política de Assistência Estudantil, auxiliando que sua aplicação alcance as reais necessidades dos estudantes, além de contribuir direta ou indiretamente de forma relevante para a inclusão social dos estudantes, por meio de ações de melhorias que poderão ocorrer na execução da Política de Assistência Estudantil após esta pesquisa.

Você não terá quaisquer custos ou compensações financeiras, ou seja, não haverá despesas pessoais e não haverá cobranças pela participação.

Os possíveis riscos advindos da participação nesta pesquisa são mínimos, como provocar algum nível de cansaço ou desconforto em responder as perguntas. Para minimizar estes possíveis os riscos e/ou desconfortos elencados serão adotados pela pesquisadora uma postura acolhedora e ouvinte escolhendo o melhor dia e horário para realizar a entrevista. Caso algum dos participantes se sinta mal durante a realização da pesquisa, este será encaminhado ao setor de psicologia do campus. Além disso, o participante que se sentir desconfortável em responder alguma pergunta, está poderá não ser respondida sem causar nenhum prejuízo a pesquisa. Também poderá entrar em contato com a orientadora, através dos meios de contato explicitados neste termo, para que possamos prestar escuta e assistência diante do desconforto sentido.

Além do exposto, se o participante se sentir prejudicado diante de eventuais danos decorrentes de sua participação na pesquisa terá o direito de solicitar indenização pelas vias legais, e os mesmos serão ressarcidos integralmente por meio de depósito bancário em nome do prejudicado.

Os resultados deste estudo serão apresentados publicamente através da dissertação e artigos científicos e serão encaminhados aos participantes através do envio das cópias por meio eletrônico.

Os dados coletados ficarão sob responsabilidade da pesquisadora em arquivo criptografados e armazenados em HD externo em sua residência, localizada na rua Flamboyant, 103 bairro Cidade Nova, em Governador Valadares- Cep 35063-015, ficarão guardados por um período de 05 anos e após este período todo material será inutilizado.

Ao assinar este documento, você declara que compreendeu tudo o que foi informado sobre a sua participação no mencionado projeto, dando assim o seu consentimento.

Eu, _____, concordo em participar deste estudo estando totalmente esclarecido(a) quanto aos objetivos, riscos e benefícios desta pesquisa uma vez que eu tive em mãos este documento e a oportunidade de lê-lo antes de assinar. Declaro que minha participação é de livre e espontânea vontade, ou seja, não fui pressionado(a) por ninguém para participar desta pesquisa. Tenho a liberdade de continuar ou recusar em qualquer momento sem prejuízo ou penalidade.

Governador Valadares, ____ de _____ de ____.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Eu, Rosana Dias Fernandes, declaro que forneci, de forma apropriada, todas as informações referentes à pesquisa.

Governador Valadares, ____ de _____ de ____.

Assinatura da Pesquisadora

CONTATOS

Pesquisadora Responsável: Rosana Dias Fernandes

Telefone: (33) 9 99501753 e e-mail: rosana.dias@ifmg.edu.br

Endereço: Rua Flamboyant, 103- Cidade Nova- Governador Valadares/MG.

Governador Valadares/MG CEP: 35.063-015

Comitê de Ética e Pesquisa - Universidade Vale do Rio Doce/ Fundação Percival Farquhar-FPF.

Endereço: Rua Israel Pinheiro, 2000, BLOCO - B4, Salas 01 e 06 Bairro: Universitário CEP: 35.020-220 - UF: MG - Município: Governador Valadares Telefone: (33)3279-5575

E-mail: cep@univale.br

8.3 ANEXO II - Questionário

Informações Importantes

Esta pesquisa se destina para fins puramente científicos. Sua participação é muito importante, pretendemos com os resultados obter informações mais próximas da realidade, além de contribuir direta ou indiretamente de forma relevante para a inclusão social dos estudantes, por meio de ações de melhorias que poderão ocorrer na execução da Política de Assistência Estudantil após esta pesquisa.

Em caso de dúvida entre em contato do telefone (33)999501753 (celular ou WhatsApp).

As perguntas estão todas de acordo com a Resolução nº 09 de 03 de julho de 2020, na qual dispõe sobre a Aprovação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFMG. A sigla PAE está se referindo à Política de Assistência Estudantil.

Dados funcionais do participante.

1) Qual campus você está executando suas atividades atualmente?

☐ São João Evangelista ☐ Governador Valadares ☐ Ipatinga

2) Você está lotado em qual área?

☐ ensino ☐ pesquisa ☐ extensão

☐ outra _____

3) Qual o seu cargo dentro do IFMG?

☐ Assistente administrativo ☐ pedagogo ☐ Técnico em Assuntos Educacionais

☐ Assistente de Aluno ☐ Assistente Social ☐ Enfermeiro ☐ médico

☐ Psicólogo ☐ Intérprete de libras ☐ Nutricionista ☐ Odontólogo

☐ outro _____

4) Você exerce alguma função gratificada na estrutura organizacional da PAE?

☐ Sim ☐ Não

Qual? _____

Questionário

01) Você faz parte de algum destes profissionais que compõem equipe multidisciplinar da política de Assistência Estudantil?

☐ Assistente de Aluno ☐ Assistente Social ☐ Docente ☐ Enfermeiro ☐

Intérprete de libras ☐ Médico ☐ Nutricionista ☐ Odontólogo

☐ Pedagogo ☐ Psicólogo ☐ Técnico em Assuntos Educacionais

☐ Outro _____

02) Dos programas de caráter universal quais são executados pelo seu campus? (permitido marcar mais de uma opção)

☐ acompanhamento e Suporte ao Ensino

☐ assistência à Saúde do Estudante

☐ incentivo à Participação Político Acadêmica, Cultural e Esportiva

☐ apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas

03) Dos programas de caráter socioeconômico quais são executados pelo seu campus? (permitido marcar mais de uma opção)

- ☐ Alimentação
☐ Auxílio Emergencial
☐ Auxílio Emergencial de Inclusão Digital
☐ Bolsa Permanência
☐ Moradia

04) Dos programas de apoio pedagógico quais são executados pelo seu campus? (permitido marcar mais de uma opção)

- ☐ Pagamento de bolsas de monitoria para disciplinas dos cursos técnicos e superiores
☐ Pagamento de bolsistas de apoio a projetos desenvolvidos pela Assistência Estudantil (Eventos, Editais, Concursos etc)

05) Existem outras ações da PAE ligadas à sua área no campus?

- ☐ Sim ☐ Não

Qual(is)? _____

06) Quem define as ações que são executadas pela PAE no seu campus?

- ☐ pela equipe multidisciplinar ☐ gestor ☐ comitê
☐ Outro. Quem? _____

07) Existe uma metodologia que orienta os profissionais no acompanhamento aos estudantes?

- ☐ Sim ☐ Não

Qual? _____

08) Os profissionais envolvidos nos programas de assistência aos estudantes realizam trabalho em conjunto no acompanhamento aos estudantes?

- ☐ Sim ☐ Não

09) Como são realizadas a interlocução entre os diferentes setores para ações da PAE?

- ☐ e-mails ☐ comunicado ☐ reuniões

10) Existe integração entre a coordenação e a equipe multidisciplinar para discutir as demandas dentro da política de assistência estudantil no campus?

- ☐ Sim ☐ Não

Se sim, como ela é realizada? _____

11) Qual é a frequência do acompanhamento dos alunos beneficiados?

- ☐ semanalmente ☐ mensalmente ☐ bimestralmente
☐ semestralmente ☐ anualmente ☐ não aplica.

12) Qual a frequência das reuniões para discutir a situação acadêmica dos estudantes dentro da área multidisciplinar?

- ☐ semanalmente ☐ mensalmente ☐ bimestralmente
☐ semestralmente ☐ anualmente ☐ não aplica.
☐ outro _____

13) O campus possui banco de dados sobre os programas e os beneficiários pela PAE?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, qual o objetivo? _____

14) É realizada avaliação da PAE no campus?

☐ Sim ☐ Não

Qual a frequência? _____

15) Na sua opinião qual/quais áreas encontram maior dificuldade para executar os programas de Assistência Estudantil?

☐ gestão ☐ planejamento ☐ acompanhamento ☐ controle social)

Porque? _____

16) Existe integração entre coordenação e equipe multidisciplinar para discutir demandas para as ações da PAE?

☐ Sim ☐ Não

De que forma? _____

17) Existe um comitê ou gestão participativa para deliberação das ações a serem realizadas pela PAE?

☐ Sim ☐ Não

18) É realizada a integração entre os diferentes setores para discutir as ações da PAE?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, como é realizada?

19) Existe um canal para troca de informações no que diz respeito a PAE e os estudantes beneficiados por ela?

☐ Sim ☐ Não

20) Vocês executam alguma ação da PAE que não foi colocada neste questionário?

☐ Sim ☐ Não

Qual(is)? _____

21) A Diretoria de Assuntos Estudantis-DIRAE e ou o Setor de Assuntos Estudantil fazem reuniões para receber ou repassar informação acerca da execução da PAE?

☐ sim ☐ não

Qual frequência? _____

22) Na sua análise quais são os maiores desafios que os alunos enfrentam para ter acesso às ações da PAE em seu campus?

23) Na sua análise quais são os maiores desafios que a equipe multidisciplinar enfrenta para executar a PAE _____

Porque? _____

24) Gostaria de acrescentar alguma informação que não foi contemplada da neste questionário, acerca da organização e execução da PAE?

☐ sim ☐ não

Qual(is)? _____

8.4 ANEXO III- Roteiro da Entrevista

Informações Importantes

Esta pesquisa se destina para fins puramente científicos. Sua participação é muito importante, pretendemos com os resultados obter informações mais próximas da realidade, além de contribuir direta ou indiretamente de forma relevante para a inclusão social dos estudantes, por meio de ações de melhorias que poderão ocorrer na execução da Política de Assistência Estudantil após esta pesquisa.

Em caso de dúvida entre em contato do telefone (33)999501753 (celular ou WhatsApp).

As perguntas estão todas de acordo com a Resolução nº 09 de 03 de julho de 2020, na qual dispõe sobre a Aprovação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFMG. A sigla PAE está se referindo à Política de Assistência Estudantil.

Roteiro da entrevista

- 01) De que forma está organizada a Política de Assistência Estudantil em seu campus?
- 02) A Política de Assistência Estudantil em seu campus conta com quantos profissionais? Quais as suas funções na execução da política?
- 03) Quais auxílios da Assistência estudantil estão sendo ofertados no seu campus? Como alcançam os estudantes?
- 03) Existe um planejamento anual para desenvolver as ações PAE em seu campus? Estão associados ao calendário acadêmico?
- 04) Quais são os fatores considerados para o planejamento da Política de Assistência Estudantil?
- 05) Como acessam o perfil socioeconômico e acadêmico dos estudantes do campus?
- 06) Como ocorre o controle acadêmico para realizar o monitoramento da frequência dos estudantes que recebem auxílios de caráter socioeconômico?
- 07) São realizadas avaliações quanto à execução das ações da PAE em seu campus?
- 08) Quais os mecanismos de controle social da PAE?
- 09) Você acredita que as ações do PAE são eficientes para atender as demandas dos estudantes?
- 10) Como é a integração entre a Diretoria de Assuntos Estudantis-DIRAE e o Setor de Assuntos Estudantis para promover o funcionamento do PAE?
- 11) Na sua análise quais são os maiores desafios que a coordenação da PAE enfrenta para executá-la? Você sugere alguma mudança?
- 12) Na sua opinião a PAE do seu campus está atingindo os objetivos para qual foi proposta?
- 13) Gostaria de acrescentar alguma informação que não foi contemplada da nesta entrevista acerca da organização e execução da PAE no campus?

8.5 ANEXO IV- Cartas de Anuência


UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA
CARTA DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

Solicito autorização desta instituição para a realização da pesquisa intitulada **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: uma análise da sua execução no Instituto Federal de Minas Gerais- IFMG** que será realizada nos campi de Governador Valadares, São João Evangelista e Ipatinga. A pesquisadora é Rosana Dias Fernandes, mestranda do Programa de Pós graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ, matrícula 20211004847, sob orientação da Prof. Dra. Luciene de Fátima Rocinholi. Nesta pesquisa busca-se analisar a estrutura organizacional e a execução da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFMG. Solicitamos autorização que todos os membros da equipe diretamente envolvida na execução da política de assistência estudantil respondam a um questionário online sobre a execução desta política, bem como, os coordenadores ou responsáveis pela viabilidade da política de assistência estudantil concedam uma entrevista sobre a mesma política. Pedimos ainda autorização para que os servidores possam nos fornecer dados complementares para a pesquisa. Adicionalmente, solicitamos autorização para que o nome e a imagem desta instituição possam constar na dissertação de mestrado da pesquisadora, bem como em futuras publicações na forma de artigo específico. Ressaltamos que os dados coletados serão tratados de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS), que versa sobre a pesquisa envolvendo seres humanos. Salientamos ainda que os dados serão utilizados somente para a realização deste estudo.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho do estimado Diretor, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Governador Valadares, 20 de outubro de 2021.

Mestranda e Pesquisadora Responsável: Rosana Dias Fernandes
E- mail: rosana.dias@ifmg.edu.br Telefone: (33) 9 99501753
Orientadora Prof. Dra. Luciene de Fátima Rocinholi - E-mail: lurocinholi@gmail.com

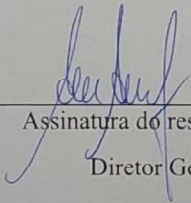

Prof. DSc. Willerson C. da Silva
Diretor Geral
IFMG - Campus Governador Valadares

Willerson Custódio da Silva
Diretor Geral *Campus* Governador Valadares
Portaria: IFMG nº 1174, 20/09/2019

ANUÊNCIA DO RESPONSÁVEL:

Eu, Alex de Andrade Fernandes, SIAPE 2055047
portador do CPF: 062.18.156-71 diretor geral do IFMG campus Ipatinga/MG,
autorizo a realização do projeto de pesquisa intitulado **ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL: uma análise da sua execução no Instituto Federal de Minas
Gerais- IFMG**, sob a responsabilidade da mestrandia Rosana Dias Fernandes e
orientada pela professora Dra. Luciene Rocinholi. Declaro estar ciente das atividades da
pesquisa que analisa a estrutura organizacional e a execução da Política de Assistência
Estudantil no âmbito do IFMG.

Ipatinga, 18, 04, 22


Assinatura do responsável

Diretor Geral

Alex de Andrade Fernandes
Diretor Geral
IFMG - Campus Avançado Ipatinga
Portaria nº 182 de 12/02/2020 - DDU 13/02/2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
CAMPUS SÃO JOÃO EVANGELISTA
GABINETE - DIREÇÃO GERAL
Avenida Primeiro de Junho, nº 1043 – Bairro Centro – São João Evangelista – Minas Gerais – CEP: 39.705-000
(33)3412-2906 – gabinete.gje@ifmg.edu.br

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: uma análise da sua execução no Instituto Federal de Minas Gerais- IFMG”, sob a responsabilidade da mestrandia Rosana Dias Fernandes, do Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob orientação da Prof. Dra. Luciene de Fátima Rocinholi (UFRRJ), que tem como objetivo buscar e analisar a estrutura organizacional e a execução da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFMG. Também autorizamos que a coleta de dados por meio de questionários e entrevistas seja realizada com os discentes e servidores deste *Campus*, desde que consentido por eles e, quando for o caso, por seus responsáveis. Autorizamos também para que os servidores possam nos fornecer dados para a pesquisa, além de autorização para que o nome e a imagem desta instituição possam constar na dissertação desse mestrado, bem como em futuras publicações na forma de artigo específico.

A coleta de dados somente poderá ser realizada após o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

São João Evangelista/MG, 21 de dezembro de 2021.

Assinado de forma digital por JOSE
ROBERTO DE PAULA:52102467600
DN: cn=BR, o=C.P. Brasil, ou=AC SOLUTI
Múltipla v5, ou=1853091700163,
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=JOSE ROBERTO DE
PAULA:52102467600
Dados: 2021.12.21 16:40:34 -0300

José Roberto de Paula
Diretor-Geral